

**QUANDO A EXPLICAÇÃO DO DIVINO DENUNCIA OS ATOS
HUMANOS: o mistério do incêndio da igreja de Nossa
Senhora do Rosário dos Homens Pretos.
Freguesia de São Miguel das Alagoas, 1801.**

Alex Rolim Machado*

RESUMO: Em 1801, um livro foi escrito em São Miguel das Alagoas. O assunto: a destruição da igreja que servia de Matriz na freguesia. No intuito de explicar o ocorrido, o autor do livro atribui às ações divinas a responsabilidade de incendiar o prédio religioso. No entanto, os diálogos, rituais e explicações para tal catástrofe, dão pistas de que o ato fora o menos espontâneo possível. Esse artigo pretende, portanto, ser uma introdução analítica ao documento que agora pretende-se publicar.
PALAVRAS-CHAVE: Igreja Colonial; Escravidão Colonial; Alagoas Colonial.

**Cuando la explicación de lo divino denuncia los actos humanos: el misterio del incendio
de la iglesia de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.
*Freguesia de São Miguel das Alagoas, 1801.***

RESUMEN: Em 1801, un incendio destruyó la iglesia que servía de Matriz en la parroquia de *São Miguel das Alagoas, Comarca das Alagoas, Capitania de Pernambuco*. Con el fin de comprender la situación, los hombres de aquella época trataron de justificar el acontecimiento a partir de las fuerzas divinas. Sin embargo, la lectura de la documentación llena de citas bíblicas, abre espacio para una evaluación crítica acerca de los conflictos étnicos que atravesaban por aquella sociedade.
PALABRAS CLAVE: Igreja Colonial; Escravidão colonial; Alagoas Colonial.

**When the explanation of the Divine denounces human acts: the mystery about the fire of
the igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.
*Freguesia de São Miguel das Alagoas, 1801.***

ABSTRACT: This article intends to examine a document written in 1801, about a fire that occurred in the *freguesia de São Miguel das Alagoas*, that belonged to the District of Alagoas, in the Captaincy of Pernambuco. From biblical analogies, the writer intended to justify the event by divine actions. However, this article intends to observe how the ethnic and hierarchical relations help to elucidate the event of the fire in the Church.
KEYWORDS: Colonial Church; Colonial Slavery; Colonial Alagoas.

*Mestre pela Universidade Federal de Alagoas. Atualmente, é Doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Contato: Av. da Arquitetura, s/n, 10º andar, Cidade Universitária, CEP: 50731-330, Recife-PE, Brasil. *Email:* arolimm@hotmail.com *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0002-8655-2249>

No início do século XIX um padre “alagoano”, chamado José Vicente Macedo¹, redigiu um livro. Intitulou-o **Memorial Istorico Sobre o funesto acontecimento do incendio, com que se abrazou a Igreja de Nosa Senhora do Rozário dos Omens Pretos que servia de Matriz na Povoação, e Freguezia de NoSsa Senhora do Ó de Sam Miguel das Alagôas**. O desastre foi em março de 1801, mas infelizmente não se tem a data do término da obra de José Vicente. Crê-se que foi naquele mesmo ano ou no início do seguinte, visto que em outra versão do livro, há a dedicatória para o Bispo de Pernambuco, D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, que se aposentou do Bispado em 1802².

O acontecimento é, no mínimo, curioso. Mas, olhando friamente, guerras, má conservação, chuvas, enchentes e incêndios eram situações corriqueiras em todo o período colonial e que com frequência causavam o desabamento dos prédios eclesiásticos. Por ser evento comum, as indagações acerca do documento devem ser de outra natureza: quais as motivações que levaram o Padre Vicente a escrever um Memorial sobre o incêndio? Qual o significado metafórico para o ocorrido? Quais as conclusões e problematizações que podemos tirar do evento?

Apesar das perguntas serem pertinentes, podem levar um desavisado a pensar que são as “únicas” ou “principais”, no entanto, convém alertar a necessidade de resgatar tal livro histórico e instigar os pesquisadores a dissecá-lo em múltiplas análises sobre a sociedade “miguelense” naqueles idos de séculos, podendo fazer retrações problematizantes até o XVIII³. Ou seja, o livro deve servir como porta de entrada para que se preste atenção a uma freguesia que, por ter sido termo da Cabeça da Comarca (Vila das Alagoas, antiga Marechal Deodoro), acabou tendo sua história misturada com o centro da Vila, homogeneizando uma população que tem divisões e dinâmicas próprias, que precisam ser ressaltadas.

Em suma, recorta-se o tema do presente artigo para o assunto do incêndio. É uma intriga⁴. Dele, aqueles homens do século XVIII, que caminhavam para um novo século, tiraram diversas análises e estabeleceram algumas certezas e reafirmações ideológicas. Um incêndio é apenas um ato em que o fogo consome aquilo que está ao seu redor, reduzindo tudo a cinzas; ou a ação pertence a um ser extraterreno que tinha como intuito atuar no teatro do mundo?

Primeiro, situemos as igrejas na história da freguesia.

Os problemas das igrejas Matrizes

Quando o Padre José Vicente escreveu seu livro, já deixava claro no frontispício que a igreja incendiada – a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos – “servia de Matriz” na Freguesia de Nossa Senhora do Ó de São Miguel das Alagoas (cuja igreja principal era a de Nossa Senhora do Ó). Em termos religiosos, a freguesia era a unidade mais básica da monarquia portuguesa: local onde deveria haver um núcleo populacional resguardado por uma igreja Matriz, subordinada a uma Câmara Municipal (um Concelho) – espaço mais basilar da administração laica portuguesa⁵. A questão é: se a de Nossa Senhora do Rosário “servia de Matriz”, qual era a original, e qual o motivo de ela não estar sendo utilizada?

A motivação pode soar esquisita para aqueles que acreditam acriticamente nos guias e relatos turísticos acerca da cultura material religiosa do atual Estado de Alagoas; escreveu o Padre Vicente:

Pela ruína dos tempos, ou pela má fundação dos antigos se havia danificado a Capela Mor da Matriz desta Povoação de São Miguel das Alagoas, ao que acudindo o Reverendo Pároco com os mais fregueses para reedificar fizeram deitá-la abaixo, e com efeito trataram da sua renovação, e pediram para isso a Sua Majestade ajuda de custos, segundo as Piedozas, e Beneficas Ordens dos Nossos Soberanos. Com parte desse dinheiro, que se extraiu do Erário [Régio], e mais algumas esmolas dos paroquianos puseram em execução a obra, chegando ao estado de cobrirem a dita Capela Mor, e parando aqui por onze anos pouco mais, ou menos se tem conservado incapaz de se fazerem os Offícios Divinos, e colocar o Santíssimo Sacramento” (fl. 3)⁶.

Nada de templos suntuosos, floreados com muitas esculturas barrocas ou altares banhados a ouro e talhados nas madeiras da mais alta nobreza. A situação era de descaso e penúria material no que concernia a arquitetura da igreja Matriz. Fazendo os devidos cálculos, tem-se a inaptidão total da igreja de Nossa Senhora do Ó desde, aproximadamente, 1790. Na verdade, o recuo deve ainda ser maior. Não se pretende seguir um ídolo das Origens⁷, mas alguns momentos do século XVIII podem ser resgatados.

Um deles foi a reclamação do Reverendo Licenciado Caetano de Souza, que assumiu a Vigararia da igreja Matriz de Nossa Senhora do Ó em 1736, e que se queixava da falta de côngruas e de mantimentos da folha eclesiástica ainda em 1741⁸. Por conta do regime do Padroado, o Rei de Portugal, (com o intermédio de seus órgãos como a Mesa de Consciência e Ordens, Conselho Ultramarino e Provedoria da Fazenda Real) deveria prover seus clérigos espalhados pelos territórios da América portuguesa, pagando-lhes a “côngrua” e financiando reformas e construções quando lhe era conveniente (em outros momentos eram os próprios moradores os responsáveis para reformar e reconstruir igrejas, o que acabava não dando muito

certo, como vimos no relato de José Vicente)⁹. Essas faltas de financiamento, que respingavam na administração sacramental, acabavam se tornando uma bola de neve que atingiam até mesmo o corpo arquitetônico da igreja.

E onde se encontrava a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos? Em 1749, em uma compilação da folha eclesiástica das igrejas, Capelas, Conventos e outras edificações religiosos de Pernambuco, a Freguesia de São Miguel tinha computado 8 Capelas, com 5 clérigos, 635 fogos e um total de 2590 habitantes¹⁰. Estima-se que entre essas Capelas estaria a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, uma vez que no pagamento da Folha Eclesiástica do Bispado de Pernambuco, de 1741-1745, está contabilizado apenas a igreja de Nossa Senhora do Ó¹¹.

A metade do século XVIII não seria de calmaria para a administração dos templos. Em 1761 o Bispo de Pernambuco, Dom Francisco Xavier Aranha já enviava petição ao Rei de Portugal, Dom José I, para que ele provesse com ornamentos todas as igrejas do Bispado (24 igrejas, junto com os curatos). Não apenas isso, mas também requeria que houvesse “consignação anual de suas fábricas para o futuro, como tem as igrejas das freguesias coladas concorrendo também para a factura da Capela Mor daquelas, que ainda a não tem”¹². O projeto do Bispo não era apenas remendar ornamentos, mas principalmente reinvestir estruturalmente nos santuários.

Entende-se que foi nesse ínterim que a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Freguesia de São Miguel das Alagoas tenha recebido sua Capela Mor e se tornado igreja (mas não Matriz). A diferença reside no ato de que Capela é “a parte da Igreja, em que há altar”. De acordo com Padre Bluteau, dicionarista católico, existe uma proporção de Capela para Capela Mor, pois é na primeira que “só o Sumo Sacerdote da Lei Antiga entrava”, mas a segunda, como espaço físico, “é o lugar da Igreja mais próprio dos Sacerdotes”¹³. A diferença, pois, parecia nem existir. No entanto, pensa-se que na época colonial havia uma graduação, uma vez que em 1777 houve uma catalogação “diferente” das anteriores. Na famosa “Ideia da População da Capitania de Pernambuco”, a relação foi colocada nos seguintes termos: A Freguesia de Nossa Senhora do Ó de São Miguel das Alagoas “tem Igreja Matriz de Nossa Senhora do Ó, a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos”. Mais adiante no parágrafo, quem redigiu o documento contabilizou: “segundo o rol da desobriga do ano de mil setecentos e setenta e sete tem: duas Igrejas. Seis Capelas”. Estava feita a “promoção” da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos à condição de igreja. Provavelmente por ação do próprio Bispado de Pernambuco, mas que não deve

descartar também as obras da população preta local, escrava e alforriada, contando com os beneplácitos (leia-se, anacronicamente, “filantropia” para exercício de poder e domínio) de um contingente social branco que estaria mais atrelado à igreja Matriz de Nossa Senhora do Ó, que não descartavam darem esmolas para a manutenção da igreja dos Homens Pretos.

Outra parte da justificativa da elevação da “simples” Capela à igreja pode ser encorpada a partir do próprio aumento populacional e econômico da Freguesia de São Miguel. Naquele terceiro quartel de século o espaço contava com “Nove Engenhos. Trinta e duas Fazendas [de criar gados]. Mil e trinta e sete fogos. [E] Três mil setecentas e quarenta e nove pessoas de desobriga”¹⁴. Mas, para tristeza dos ingênuos e incautos, seja acadêmico ou leigo, o aumento populacional e de Engenhos de Açúcar e Fazendas de Gado não representaria necessariamente uma elevação da riqueza individual e total de todo um conjunto populacional.

Em 1780, o Bispo de Pernambuco, Dom Tomás da Encarnação Costa e Lima, enviou um ofício ao Reino. Nele, escreveu acerca da pobreza de algumas igrejas e da necessidade de receberem ajudas de vestimentas para que assim, os ofícios divinos fossem devidamente celebrados. A de São Miguel das Alagoas deveria ser provida com “Um ornamento encarnado, e seus pertences: uma alva, cordão, amito, corporal, e uma peça de Bretanha”¹⁵. É igualmente verdade que outras igrejas, naquele Bispado de Olinda, sofriam os mesmos males, não cabendo à Freguesia de São Miguel nenhuma exclusividade de pobreza. O que se deve salientar é o caráter endêmico da administração precária do Padroado em relação aos edifícios religiosos da Capitania de Pernambuco, pelo menos o que concernia a Comarca das Alagoas¹⁶. Além, é evidente, da própria falta de zelo material dos habitantes em prover com esmolas e ajuda às reformas dos edifícios que os mesmos faziam parte ou frequentariam.

Portanto, desde já é manifesta na Comarca das Alagoas a falta de cuidados arquitetônicos nas igrejas e Capelas nos tempos coloniais. As vicissitudes da natureza, somada com a falta de cuidado e materiais de duvidosa qualidade, compunham uma fórmula perfeita para deixar eternamente aos frangalhos os templos religiosos¹⁷. Um incêndio não seria, portanto, grande surpresa, dada a precariedade das estruturas. Será? Antes de adentrarmos em uma análise acerca dos possíveis motivos e explicações dadas para a ocorrência do incêndio, faz-se necessária uma digressão acerca da composição e dos relacionamentos sociais em “Alagoas Colonial”.

Após o breve passeio anterior acerca dos reveses da administração de igrejas coloniais, chega-se a aproximadamente 1790 e a “troca” de igrejas Matrizes. José Vicente de Macedo assim escreveu de maneira um tanto quanto simplista:

“o qual passando-se para a Capela do Rosário dos Pretos desta mesma povoação, que está plantada junto da Matriz duzentos passos, pouco mais, ou menos, quase em posição paralela uma da outra, olhando ambas para o Nascente” (fls. 3-3v).

Por uma questão de “proximidade”, e privilegiado local geográfico – “ambas para o Nascente” –, a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos tinha sido escolhida? Não se aceita de bom grado essa posição nesse artigo. Imagina-se que a Matriz de Nossa Senhora do Ó sofria com falta de patrocínio do Rei de Portugal, bem como falta de cuidados internos no que concernia a arquitetura e sacramentos religiosos, além da ausência de zelo religioso e material de seus fiéis, que podiam negar esmolas. Por outro lado, a Capela do Rosário estava mais bem aparelhada e conservada, logo, poderia receber os fiéis. O que acabou ocorrendo.

Mas qual seria o motivo de uma ter auxílio e a outra não? Ora, a conjectura mais cabível é que, apesar de as doações e esmolas terem sido um sentimento intrínseco ao catolicismo colonial luso-brasileiro, a posição e pertencimento geográfico poderia – em alguns momentos – pouco ou nada influenciar. Dito de outra forma, os homens ricos e poderosos, ou pelo menos os que poderiam viver com algum conforto, não tinham obrigação nenhuma de investir suas rendas nas Capelas que existiam na Freguesia de Nossa Senhora do Ó de São Miguel das Alagoas. Logo adiante, subindo o rio e indo em direção ao oceano atlântico, estaria a cabeça da Comarca: a Vila das Alagoas. Nessa última, existiam Conventos e Irmandades exclusivas para homens brancos, cristãos velhos e autodenominados nobres, bem como templos mais antigos em que não havia a mistura de homens brancos com os pardos e os pretos¹⁸. Não é de se ignorar que entre 1777 e 1814 a população da freguesia de São Miguel saltou de 4321¹⁹ para 6764 pessoas²⁰. Mas, em compensação, também seria ingenuidade não atentar que a concentração de riqueza nas mãos de poucas pessoas e famílias era regra nos espaços alagoanos. Se o grosso dessa classe de indivíduos decidisse prestar mais atenção à Vila das Alagoas, subtende-se que o montante que poderia ser investido nas Capelas da freguesia de São Miguel poderia diminuir consideravelmente.

Soma-se ainda a própria “individualidade” das famílias mais poderosas e ricas em relação à religião, em que a existência de capelas particulares e párocos contratados podiam ser uma realidade em São Miguel. Apesar de o tema necessitar de mais estudos, deixa-se a citação de Luiz Mott que pode ser imaginada para o “Brasil colonial”: “Os mais esnobes e elitistas (...), construíam seus próprios locais de culto – capelas, ermidas e até igrejas, no interior ou anexas às suas moradias, evitando assim o indesejado convívio com os fiéis de outras raças ou de estratos inferiores”²¹.

Por outro lado, sem muita margem de escolha e nem poder financeiro para eleger uma ou outra igreja mais distante para financiar e se relacionar, os homens e mulheres pretas de uma determinada localidade se sentiriam mais presos, e, paradoxalmente, mais livres para investirem na vida religiosa que se desenrolava em sua própria morada. Paralelo a uma provável “decadência” da igreja de Nossa Senhora do Ó, a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos acabou tendo um destino um pouco mais feliz do que a sua vizinha – mas sem negar as complicações administrativas. Os escravos e os forros locais tiveram mais cuidado e responsabilidade em manter sempre apresentável aquela sua instituição.

E chega-se a um impasse interpretativo: se é possível aceitar a boa qualidade do prédio da Nossa Senhora do Rosário, o que ocasionou o incêndio?

A explicação do incêndio divino

O Padre José Vicente de Macedo, como todo religioso, aproveitou o momento para ligar um incêndio espontâneo a um ato do Divino. Mas Deus, como figura máxima da religião católica, não poderia simplesmente do nada atear fogo em algo no intuito de que os homens tivessem que pensar sobre o porquê de tal castigo. Nesse sentido, o local era de suma importância para servir de ponto inicial de indagação – cujas referências eram buscadas na Bíblia, como se verá adiante²². Mas, ao que parece, a justificativa foi rapidamente encontrada. Narrou assim Macedo:

“foi Deus Servido por Seus Altos Juízes, ou talvez para incorporar[?] a nossa mesma indolência a respeito da sua Santíssima Casa, que na madrugada do dia terça feira 21 de Março deste ano de 1801 se sentisse quase pelas quatro horas abrasando-se a mesma Capela do Rosário, na qual o fogo teve princípio, e conservava a sua maior atividade na Capela Maior” (fl. 3v).

A explicação não deixa de ser burlesca para os dias atuais, mas torna-se extremamente importante para se entender as relações sociais no período colonial: Deus, frustrado com os homens brancos que não estavam trabalhando em sua “Santíssima Casa”, que era a igreja de Nossa Senhora do Ó, se sentiu incomodado com o relaxamento dos indivíduos em terem “transformado” – mesmo que temporariamente, mas que estava extrapolando os anos – uma igreja de Homens Pretos em igreja Matriz. Nota-se que, mesmo sendo católica, a Capela do Rosário não se dá o luxo de também ser considerada uma “Santíssima Casa”. Em uma reunião com seus “Altos Juízes” (e aqui se vê aquilo que Nietzsche denunciou décadas depois: “o

homem, em seu orgulho, criou Deus a sua imagem e semelhança”. Ou seja, Deus como Rei se reunia com uma espécie de Desembargo do Paço, Conselho de Guerra e Mesa de Consciência e Ordens do céu), decidiu atear fogo em uma Capela de gente preta. O incêndio não foi interpretado como aviso, mas exatamente castigo, uma vez que nos livros da Bíblia, principalmente no Antigo Testamento, o Deus judaico usa do fogo diversas vezes para literalmente matar aqueles que desobedeciam a ele ou eram relapsos às suas leis. Entretanto, mais justificativas tinham que ser trabalhadas. Afinal, a igreja de Nossa Senhora do Rosário continuava sendo uma igreja, uma “Caza de Dêos”. Então, qual o porquê de ela ter sido incendiada, e não a própria Nossa Senhora do Ó ou qualquer outra residência?

É claro que tal referência não deveria passar despercebida pelos homens naquela época e sua justificativa tinha que ser trabalhada. Tomando como base depoimentos de segundas pessoas, José Vicente escreveu que a notícia chegou até o Cônego Visitador do Bispado de Pernambuco, Joaquim de Saldanha Marinho, que estava em visita na Vila das Alagoas, e este soltou um rápido sermão sobre o incidente, cuja transcrição foi assim feita por Vicente de Macedo:

“que Deus assim nos queria avisar dos castigos, que nos ameaçavam, permitindo que o mesmo elemento, que sempre o avisa obedecido, para punir as maldades dos Homens, devora-se o seu Santíssimo Corpo Sacramentado, assim como consentiu que os Filisteus aprisionassem a Arca do Testamento para castigar a rebelião dos Israelitas” (fl. 5v).

Mais uma vez, alertava-se que o incêndio era castigo por conta das ações dos homens. Faltava delimitar quais eram e o porquê da igreja de Nossa Senhora do Rosário ter sofrido.

No “Sermão de Penitência”, pregado pelo “Presbítero Secular Pernambucense”, Cipriano Lopes d’Arroxelas, o assunto voltou à tona (ANEXO, fl. 19 e ss). Citou Jesus, que foi castigado por aqueles que foram repreendidos por fazerem dos Templos balcões de negócios; Isaías, “quando previa a desolação, que os Caldeus haviam de fazer a Jerusalém, pela depravação desta Cidade prevaricadora”; Ezequiel, “a Casa de Israel”; e Jonas, “aos Ninivitas, o precursor as Cidades de Judéia” (fl. 21). Mas o Eclesiástico tinha que ir mais a fundo no sermão. Para fundamentar a necessidade de conservar uma igreja, voltou aos tempos de Abel e até mesmo de Caim, no sentido de resgatar o primeiro sacrifício (holocausto) feito a Deus, e que tal prática foi-se perpetuada, só que, sem local fixo:

“Certamente, senhores, que a idade se passou, na qual o culto, adoração, e honra de Deus se não preparasse em um lugar reservado, particular, e puro, onde não só resplandeceu a Grandeza, o asseio, e o mais rico aparato, como também se guardasse

a maior veneração, e respeito? Que religião por ímpia que fosse ainda no meio da barbara gentildade cheia do mais fanático engano, deixou de respeitar, polir, e adornar de magnifica sumptuosidade os templos de seus mesmos Ídolos materiais?” (fl. 22)

Os Judeus não eram o único povo que viviam uma religião. O Antigo Testamento é um conjunto de livros que mostra a todo o momento que o “povo de Deus”, desde a saída do cativeiro do Egito, mete-se em entreveros com as religiões pagãs de povos vizinhos. Aceitaram seus ídolos, fizeram orações a outros deuses, consultaram seus representantes (oráculos, necromantes), misturaram os rituais, mesclaram imagens, etc.. O sermão do religioso Cipriano d’Arroxelas fazia essa regressão para chegar a outro argumento importante:

“Se nos recordamos da Lei Natural, lá observam os primeiros patriarcas conhecendo, que para oferecer sacrifícios, e adorações a Deus não eram decentes suas próprias casas, qualquer campo, ou outro lugar comum, mas sim um lugar mais purificado, particular, e totalmente preservado do comércio dos homens, umas vezes indicado pela voz do mesmo Senhor, outras vezes ilustrado por algum sublime mistério” (fl. 22v).

A indireta é fácil de apanhar. Os homens de São Miguel estavam sendo castigados pelo abandono da igreja Matriz de Nossa Senhora do Ó. Entretanto, apesar de muito arriscado, é-se impossível não imaginar que o sermão também estava direcionado para o fato de que aqueles mesmos habitantes da freguesia tinham trocado uma igreja por outra. Mas essa posição não pode ser tomada de imediato, uma vez que Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos não é nenhum templo pagão ou que ferisse a religião católica. Ao contrário, era parte fundamental do catolicismo colonial. Tinha como intuito designar um local de agremiação dos escravos e forros para que eles, assim, pudessem ser inseridos na Religião Católica, e abandonassem seus cultos de origem africana. Além de, é claro, separá-los do convívio com outros estratos sociais, como os brancos. Afinal, nunca se deve perder de vista que a sociedade era escravista e que os ideais de “pureza de sangue” e hierarquização por questão de “raça” dividia a população em vários grupos. Nesse ínterim, sobre o termo “comércio dos homens”, ou seja, ações seculares que pouco, ou nada tem a ver com a religião católica, é onde se deve fincar a análise provocativa do sermonista. Em suma, os habitantes trocaram a igreja por um lugar que não era considerado “mais purificado, particular, e totalmente preservado do comércio dos homens”. A partir daí, duas hipóteses devem ser problematizadas:

- 1) a possível desorganização da igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde poderia haver “pecados”, tal como comércio, ou outros tipos de “idolatria”, e perversão aos cultos católicos.
- 2) a ausência dos homens mais metidos a nobres e ricos da freguesia, que abandonaram a igreja de Nossa Senhora do Ó e se enfurnaram em suas casas, com capelas ou oratórios próprios, ou, ainda, em outras igrejas como na Vila das Alagoas e termos adjacentes.

Mas o autor do sermão foi esperto o suficiente para jogar com as ambiguidades. Ao citar o templo de Salomão, voltou-se à metáfora de que aquele prédio era uma espécie de “base” que se encontrava em todas as igrejas Católicas. O Templo de Salomão, fisicamente, fora um, mas, simbolicamente, se tornara vários. Quando Cipriano d’Arroxelas clamou aos cuidados dos fieis para com suas igrejas, a qual ele estava se referindo? A de Nossa Senhora do Ó pelo pecado do abandono ou a de Nossa Senhora do Rosário pelo incêndio proveniente dos pecados? Ao que parece, ambas fizeram parte do mesmo argumento:

“porém para mostrar-mos o amor, que lhe devemos será bastante por ventura empregarmos em adornos dos Templos do Senhor as nossas emprestadas riquezas, como os Israelitas ou bastará só encher como Salomão os Templos de suntuosidade, e magnificência, e oferecer-mos inumeráveis gordas vítimas sobre os altares? Não meus Irmãos, além do respeito e veneração nós devemos ornar os Templos do Senhor com a Santidade dos nossos costumes, ouçamos o Profeta Rei quando diz: A santidade, Senhor, deve ser o ornamento da Vossa Casa pela longitude de todos os dias” (fl. 26v).

Esse parágrafo pende mais para o que acontecia na igreja de Nossa Senhora do Rosário do que fora dela. Costumes que iam de encontro ao que era pregado pela religião católica acontecia em todos os lugares do Brasil: no meio do mato, nas casas-grandes, nas senzalas, nos canaviais, nos currais, nos rios, no mar, nos quartos, no terreiro, na praça central da freguesia, nas instituições e etc.. Porém, salientar que o “ornamento da Vossa Casa” (ou seja, a decência interior da igreja), é a “santidade” (logo, determinados comportamentos e hábitos), põe a lume que há no sermão do Presbítero Cipriano uma atenção mais ao cotidiano que envolvia a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, uma vez que essa era a que recebia as missas e as visitas dos fieis, já que estava sendo feita de Matriz. Sua linha de raciocínio não difere muito de Monteiro da Vide, quando este redigiu as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, em 1707:

“Título XXVII

Da reverência devida às igrejas e lugares sagrados

728. A igreja é a casa de Deus, especialmente deputada para seu louvor, portanto convém que haja nela toda a reverência, humildade e devoção, e se desterrem daí todas as superstições, abusos, negociações, tratos profanos, práticas, discórdias e tudo o mais que pode causar perturbação nos ofícios divinos e ofender os olhos da Divina Majestade para que não cometam novos pecados, quando e onde se vai pedir perdão dos cometidos”²³.

E continuou Monteiro da Vide, trazendo as regras da Igreja Católica para o novo ambiente que era a América portuguesa. A citação a seguir é de sumo valor:

“E neste nosso arcebispado [da Bahia] é isto necessário pelos muitos neófitos, pretos e boçais que cada dia se batizam e convertem à nossa santa fé, e das exterioridades que veem fazer aos brancos aprendem mais do que das palavras e doutrina que lhes ensinam, porque a sua muita rudeza os não ajuda mais”²⁴.

Mais importante do que levantar igrejas e Irmandades de Nossas Senhoras dos Rosários dos Homens Pretos, era tão imprescindível a admoestação constante dos brancos em relação aos negros livres e escravos. As situações de desordens dentro de uma igreja, ou outro templo religioso de menor envergadura, se fazia parte do cotidiano dos brancos e mestiços, era, no entanto, mais ligado por esses às índoles dos escravos recém-chegados e seus descendentes.

Essa linha de raciocínio não era exclusivamente “colonial”, ou “americana”. A ideia do pecado, como ação que envolvia toda uma comunidade, a despeito de seu embasamento bíblico, advinha desde os tempos pré-conquista. Em termos teológicos e jurídicos, nas visitas pastorais, existia uma divisão entre o público e o privado, e a constante inserção de um no outro se dava pela motivação de que os atos privados eram de interesse da esfera pública. Principalmente quando o assunto era a normatização dos comportamentos em consonância com a fé católica²⁵. A sociedade deveria estar sempre reestabelecendo a “ordem natural das coisas”, uma vez que os desvios eram constantemente tratados como as motivações das catástrofes (de ordem da natureza, política ou econômica)²⁶, pois o pecado público era de interesse não apenas privado, mas envolvia a salvação dos outros na localidade. Nesse caso, alargando para um Império inteiro, “o pecador público deve ser punido publicamente, para que o espectáculo do castigo anule o efeito nocivo do espectáculo do pecado”²⁷.

O castigo, por isso, seria inevitável. Voltemos à continuação do sermão de Cipriano:

“Se nós prevaricamos, se nós desviamos dos preceitos do Senhor, se obramos a iniquidade então Deus abandona os seus mesmos Templos e faz cair mil desgraças sobre os Homens” (fl. 26v).

E o mesmo seguiu com exemplos:

“Prevarica Israel... Lá vai a Arca do Testemunho presa na mão dos Filisteus; é colocada com indecência no profano Templo de Dagon... Lá padecem tantas Cidades dos mesmos Filisteus mil pragas, e castigos; Manassés, os seus sucessores cometem horrorosas abominações com todo o Judá cheio de infâmias... Lá se vai abraçar o Templo de Jerusalém pelo exército de Nabucodonosor” (fls. 26v-27).

Os dois casos foram escolhidos a esmo ou milimetricamente pensados? A leitura deixa certa dose de surpresa com a possível ousadia de Cipriano d’Arroxelas em fazer uma ação de analogia, juntando os templos de Israel e Judá com as igrejas da Freguesia de São Miguel das Alagoas. Apesar da relação não ser perfeitamente cabível, é impossível não sentir a semelhança, uma vez que nos primeiros livros do Antigo Testamento, pós-Pentateuco, acontecem diversos casos envolvendo as desobediências dos hebreus em relação a seus templos, mas Cipriano escolheu exatamente esses dois:

- 1) Prevarica os fieis da igreja de Nossa Senhora do Ó (Israel). O prédio é “abandonado” e, possivelmente, vários apetrechos que pertenciam a essa igreja vão parar na de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.
- 2) Os fieis da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (Judá) acabam por cometer, dentro e fora da igreja, pecados e desvios de costumes, causando, assim, a ira de Deus e o incêndio do templo como um castigo.

Para um leigo, Nabucodonosor e Deus não podem ser a mesma pessoa. No entanto, para o sermonista Cipriano d’Arroxelas, se valendo, possivelmente, das leituras dos livros de II Reis, 25, 1-22, e II Crônicas, 36, 10-21, Nabucodonosor atuou porque Deus o não impediu: “Por isso, o Senhor fez subir contra ele [Zedequias, Rei de Jerusalém e Judá] o rei dos caldeus [Nabucodonosor, Rei da Babilônia]” (II Crônicas 36, 17). Indo mais além, até que ponto as profecias de Jeremias não estariam mais sedimentadas e implícitas no sermão de Cipriano d’Arroxelas? Nelas, Deus ordenava ao seu povo sofrer nas mãos de Nabucodonosor (ou seja, aceitar o castigo imposto por Ele), como método de purificação de suas atitudes enviesadas. O que as nações de Israel e Judá deveriam fazer era evitar os conflitos e rebeliões, aceitando o jugo do Rei da Babilônia (Jeremias, 27, 1-22). Ou seja, da mesma maneira que o Rei da Babilônia destruiu o Templo de Jerusalém, Deus incendiou a igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Outro crime relacionado aos costumes foi trazido à tona por Cipriano ao citar o caso de Eli:

“Será necessário lembrar as maldições, que vierão aos filhos de Heli morrendo ambos desgraçadamente em o mesmo dia, porque abusavam das mulheres, que vinham estar de vigília a entrada do Tabernáculo, a cerimônia legal do Sacrifício?” (fl. 27v)

Aqui se vê outro desvio – e automaticamente castigo de Deus – que aconteceu em uma igreja em funcionamento. Trazer os pecados dos filhos de Eli não pode ser tomado como ato aleatório, mas como um afixo de reforço retórico. Se antes Jerusalém e Judá eram vistas de maneira “gerais”, a diminuição de escala para pecados circunscritos tinha a pedagogia de avigorar o tipo de “crime” que motivou o incêndio.

Há uma diferença abissal entre o pecado da preguiça de trabalhar, do pecado pelos desvios da moral católica. É como se o autor do Sermão estivesse chamando atenção ao que acontecia na igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Se no início de sua fala, ambas as igrejas de São Miguel estavam em cena e quase que se mesclavam em erros e castigos, agora a de Nossa Senhora do Rosário tomava a dianteira para ser analisada. Essa interpretação pode ser reforçada com a saída do Antigo Testamento para o Novo, a partir das ações de Jesus Cristo.

E, nesse momento, o tom do discurso saiu dos pecados de toda uma comunidade ou de certas pessoas, para ser colocada em um único espaço institucional. O religioso Cipriano salientou em Jesus a “mansidão deste Cordeiro Imaculado”, a “Caridade deste Amante Pastor”, bem como a capacidade de perdoar “toda a sorte de crimes, de maldades aos que apeteçiam na sua presença nas Ruas de Judéia”. Personagens como “a mulher adúltera” e seus “sórdidos crimes”, a “Magdalena” com sua “lascívia”, “Zacheo” e suas “usuras” e até mesmo aqueles que o crucificaram, foram perdoados (fl. 27v) . Entretanto, houve um momento em que Jesus se enfureceu:

“Mas que sucede, Senhores, quando o Salvador entra no Templo, e encontra o torpe comércio dos negociantes, que profanavam? Não parece encher-se de furor, e indignação? Não parece perder a mesma paciência? Sim Ele se abrasa no zelo da Casa da Deus, Ele parte de rijo com seus profanadores, Ele finalmente os inorepa[?], os açoita, os persegue, e os expulsa com antes nunca praticada violência” (fl. 28).

Estava aí o reforço do crime e a explicação do incêndio na igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos para o Presbítero Cipriano, autor do Sermão, e, pode-se imaginar, para o restante dos outros religiosos e alguns fieis presentes. O problema não era somente a falta de zelo religioso dos fieis da Freguesia de São Miguel, mas a profanação e uma possível

subversão dos dogmas religiosos e disseminação de pecados tendo como a igreja seu palco e instituição irradiadora. Jesus ter sido trazido para entrar em cena é outro avigoro de Deus punindo os homens terrenos. Ou seja, até mesmo o homem mais paciente da história da humanidade já tinha perdido a compostura, e o que Cipriano queria dizer era que a mesma situação estava ocorrendo novamente. Se ousarmos na interpretação dada por Cipriano, a culpa não era necessariamente dos fieis que iam a Capela, mas daqueles que a administravam. Em outras linhas: os brancos que antes iam para a igreja de Nossa Senhora do Ó, foram pegos pelos desvios dos administradores e frequentadores, em sua maioria homens e mulheres “de cor”, da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. E é aí que está o nó da questão social do incêndio, que ajudará a desvendar o motivo físico do aparecimento das chamas e a construção discursiva para que a mesma fosse um ato mais divino do que humano.

A explicação social para o incêndio físico

Em termos “físicos”, poderia haver outra explicação mais plausível ao incêndio? A resposta de imediato é “sim”. Mas a assertiva não é necessariamente isenta de problematizações.

O que mais chama a atenção nos discursos é a ausência de evidências “empíricas” para que o fogo existisse. Não estava chovendo para que houvesse raios que acertassem a Capela. Não havia naquela época corrente elétrica que pudesse – às 4 da manhã – causar um curto-circuito capaz de formar um foco de incêndio. E não se acredita que a única fonte de calor dentro de uma igreja – as velas – ateasse fogo em toda uma construção de alvenaria, por mais que ela fosse precária e que houvesse um risco. A única hipótese que se tem em mente é que o incêndio fora criminoso.

As motivações já foram expostas em linhas acima, mas vale a pena recordar:

- 1) Apetrechos religiosos que eram da igreja de Nossa Senhora do Ó se encontravam na de Nossa Senhora do Rosário.
- 2) Os responsáveis pela reforma da igreja Matriz “original” estavam relapsos em suas obrigações.
- 3) Possíveis ocorrências de desvios da fé católica aconteciam dentro e nas imediações da Matriz “temporária”.

Ou seja, não teria sido “Deus” quem se reuniu com seus “Altos Juízes” e decidira castigar os homens de São Miguel. Mas sim pessoas responsáveis, ou interessadas na reforma e re-abertura da igreja Matriz de Nossa Senhora do Ó, que tomaram a dianteira e, por meios nada tradicionais, decidiram derrubar a segunda Matriz para reforçar o domínio da primeira. Esse argumento será mais bem explorado adiante. Nesse ínterim, outro assunto deve ser salientado:

4) A divisão social entre brancos e negros na sociedade escravista colonial. Até que se prove o contrário, os negros não podiam entrar na igreja Matriz, mas a recíproca não deve ser verdadeira, tendo que os brancos, naquele momento histórico, obrigados a irem a Capela de Nossa Senhora do Rosário para assistir Missa e outras atividades religiosas. Brancos e pretos, mesmo que se dividissem internamente (cadeiras, espaços, etc.), tinham que habitar a mesma instituição física. Luiz Mott, se valendo de relatos de viajantes estrangeiros no Brasil, resume esse tipo de situação da seguinte maneira:

“Nas celebrações religiosas públicas o que mais chamou a atenção dos viajantes e cronistas que visitaram nossas igrejas coloniais foi a falta de compostura por parte dos participantes, mau exemplo advindo dos próprios curas e celebrantes, ora displicentes no trajar, ora irreverentes nos olhares e risadas, clérigos e leigos ávidos de aproveitar aqueles preciosos momentos de convívio intersexual a fim de fulminarem olhares indiscretos, trocaram bilhetes furtivos e, os mais ousados, tocaram maliciosamente o corpo das nem sempre circunspectas donzelas ou matronas”²⁸.

Pistas para tal interpretação existem. No início de seu livro, José Vicente de Macedo transcreveu um soneto do Padre Gabriel Sampaio, professor de Gramática Latina da Vila de Penedo. Um dos trechos dizia o seguinte:

“Arde o Templo, faíscas levantadas
Sobem ao Trono de Deus Summo, e Santo
E dos Homens as culpas podem tanto
Que ardem em fim as formas consagradas” (fl. 2v)

Até que ponto a escolha do autor do Soneto é gratuita? Vários párocos existiam na Freguesia de São Miguel, sem contar a própria Vila das Alagoas. Por que Gabriel José Pereira de Sampaio (ou São Paio, ou Sam Paio), e ainda mais de Penedo? O Padre Gabriel era, naquele momento, Professor de Gramática Latina da Vila, o que já pode servir de justificativa parcial. Entretanto, sua vida naquela virada de século estava bem atribulada. Natural da Bahia, da freguesia de Santo Antonio além do Carmo, morava na Vila de Penedo desde anterior a

1793. Fizera denúncias à Inquisição e inclusive participava de várias outras como Comissário extra-ofício. Fora Capelão, Juiz e Procurador da Irmandade de São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos da Vila de Penedo, cuja administração era mista e, da parte “de cor”, o Padre Gabriel nutria muito pouco respeito, sendo mais ligado à ala “branca”. Sua posição de “pureza de sangue” e ausência de “vestígio de raça de infecta nação” (naquela época, africanos e ciganos) influenciou sua entrada em outras duas Ordens religiosas exclusivas de gente branca na Vila de Penedo. Provavelmente em 1801 já tinha planos para se candidatar ao cargo de Comissário da Inquisição de Portugal e Cavaleiro da Ordem de Cristo (conquistados em 1808-1809). Era um Eclesiástico que perseguia o poder, que reafirmava a todo o instante ser “branco” e que não era muito simpático a administrações feitas por pessoas de sangue miscigenado²⁹. Apesar de o incêndio ser considerado por ele um “Mistério”, “passo necessário”, porque “Deus mesmo o quis”, não é de se ignorar no início de seu soneto que a culpa era “dos Homens”, e que Deus, ao arder em chamas o templo, tomou para si de volta as “sagradas formas”: “sobem ao Trono de Deus Sumo e Santo”.

Não é necessário voltar a citar os trechos do Sermão em que se leu o Presbítero Cipriano pregar que as causas do incêndio tinham sido o abandono do trabalho (igreja de Nossa Senhora do Ó) e as subversões da ordem e da santidade católica (igreja de Nossa Senhora do Rosário). O que vale ressaltar é que, espertamente, Cipriano d’Arroxelas homogeneizou os fieis que iam para a segunda igreja Matriz e que lá se colocavam em situações que não era bem vista por Deus. Entretanto, em uma retórica afiada, acredita-se que o religioso estabeleceu que igreja de Nossa Senhora do Ó era uma equivalente de Israel (prevaricadora) e a Nossa Senhora do Rosário como Judá (infame). A partir dessa analogia, constituiu que, se havia crimes e desvios da moral religiosa (e aqui entra os exemplos dos filhos Eli e dos negociantes expulsos por Jesus), a culpa era, necessariamente, daqueles que originalmente resguardavam a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

Um problema que reside nessa interpretação é que isso seria o “natural”, uma vez que a igreja de Nossa Senhora do Ó estava desabilitada fazia anos. Então, por que os negros teriam que levar toda a culpa sozinhos? Voltar ao exemplo de Israel – trazido pelo Sermão de Cipriano – pode ajudar a refazer a hipótese:

“Prevarica Israel... Lá vai a Arca do Testemunho presa na mão dos Filisteus; é colocada com indecência no profano Templo de Dagon... Lá padecem tantas Cidades dos mesmos Filisteus mil pragas, e castigos” (fl. 26v).

De acordo com o escritor, José Vicente de Macedo, a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos tinha os seguintes apetrechos no instante do incêndio, que ficaram em partes danificados pelas chamas:

“Apareceu no lugar aonde se abateu o Altar Mor a pedra da Ára deste partida em muitos pedaços, mas a do Tabernáculo inteira, denegrida em parte, e parte conservando ainda restos da capa de Linho que a cobria: a Sagrada Ambula meia derretida, e massada a metade, que se não liquidou; o Opérculo, e a cruzinha do mesmo se acharam ilesos: o que foi de Sedas, Galões, Etc^a tudo ficou abrasado, e consumido. As Santas Imagens, como fossem a do Crucificado de Marfim com um palmo de vulto, a da Nossa Senhora da Expectação, Orago desta Freguesia, com cinco palmos: a do Santíssimo Coração de Jesus, a da Senhora do Rosário com quatro, a do Glorioso Patriarca São José, com quatro, a de São Benedito com quatro, e meio” (fl. 5).

Soma-se ainda os ornamentos para os cultos divinos, que foram salvos graças à madeira da caixa que os protegiam:

“o caixão dos Ornamentos; este a peça se tirou quase milagrosamente; porque sendo de Gejuiba, e estando cheio de várias alfaias de sedas, pratas, Etc^{as}” (fls. 4-4v).

Não é de se ignorar que a Imagem de Nossa Senhora da Expectação – ou seja, a Nossa Senhora do Ó³⁰ – estava em outra igreja, tal qual o Tabernáculo de Israel tinha ido para o Templo de Dagon. Forçar essa interpretação não é necessariamente aceitar que Dagon é Nossa Senhora do Rosário e que os “pretos” são os Filisteus, e sim que, ao entrarem no circuito da subversão da moral católica a partir de práticas condenáveis, a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foi castigada por ter recebido materiais de outra igreja e ter começado a se comportar como uma Matriz. A analogia, nesse caso, não tem que ser perfeita, até porque acredita-se que o Memorial do Incêndio tenha sido escrito para reforçar a atitude divina em castigo a todos os fregueses, tentando tirar qualquer hipótese de incêndio feito pelos homens. Porém, são nessas relações discursivas que se observam certas indiretas. Afinal, mesmo o divino teria que ser justificado.

Juntando essa espécie de tradição religiosa local (a antiguidade de Nossa Senhora do Ó), com a hierarquização social escravista (igreja para branco e igreja para preto) e a aparente inversão da ordem natural das coisas (igreja de preto se tornando Matriz em detrimento do abandono da igreja de branco e da “usurpação” de seus bens materiais internos), têm-se pelo menos algumas pistas que justifique que o incêndio da segunda Matriz possa ter sido criminoso. Homens da primeira Matriz sentiam-se incomodados com a usurpação feita pela segunda.

E onde entravam os religiosos nesse assunto? Acredita-se que, pelo menos alguns, se não todos, foram cooptados a criar a justificativa do incêndio da igreja de Nossa do Rosário como algo “necessário” e imposto por Deus. Vicente Macedo e Cipriano d’Arroxelas tiveram que ensaiar bem seus argumentos para não criar uma espécie de contradição. A analogia com Israel, a Arca do Testamento, os Filisteus e o Templo de Dagon; somando com os crimes dos filhos de Eli e as profanações dos comerciantes nos tempos de Jesus, foi acertada de maneira que a Capela que servia de igreja Matriz merecesse o castigo. Não é a toa que o único depoimento (ou sermão) que vai de encontro com as interpretações dos homens “alagoanos”, é justamente de um *outsider*, sendo ele o Visitador do Bispado, Joaquim de Saldanha Marinho:

“Este piedoso homem, abrasado de zelo, refletindo com madureza, que Deus assim nos queria avisar dos castigos, que nos ameaçavam, permitindo que o mesmo elemento, que sempre o avisa obedecido, para punir as maldades dos Homens, devora-se o seu Santíssimo Corpo Sacramentado, assim como consentiu que os Filisteus aprisionassem a Arca do Testamento para castigar a rebelião dos Israelitas” (fl. 5v).

A história da Arca está no início do livro de Samuel (assim como a de Eli e seus filhos). Após perderem de uma peleja contra os Filisteus, os Israelitas tomaram a Arca do Testamento e a levaram para o campo de batalha, jurando que iam vencer os inimigos. Após desgraçarem-se de maneira mais feia ainda (morreram 4 mil homens na primeira batalha e 30 mil na segunda), tiveram a Arca levada pelos Filisteus que, progressivamente, foram sofrendo castigos dados pelo Deus de Israel, até que o objeto fosse entregue novamente ao seu povo.

Na interpretação do Visitador Saldanha, a Arca saiu de uma Israel rebelde porque Deus consentiu. Na explanação do Religioso Cipriano, a Arca foi tomada porque Israel era prevaricadora. Na primeira, Israel foi castigada por Deus. Na segunda, Israel apenas não teve auxílio nenhum em sua batalha. Ao ser transposta para a situação da igreja Matriz de Nossa Senhora do Ó, a segunda interpretação é a que mais justifica o fato de que a igreja de Nossa Senhora do Rosário não recebeu os apetrechos religiosos porque “Deus quis”, e sim que tal ato foi feito alheio a Sua “vontade”. Ao não se mostrar digna de sustentar tais preciosidades, recebeu a punição do incêndio. A partir dessa leitura, ficava mais ou menos livre de punição a igreja de Nossa Senhora do Ó, se comportando como vítima. Apesar da segunda parte desse artigo ter sido escrita visando a construção do significado divino para o incêndio, Vicente Macedo e Cipriano d’Arroxelas tentaram deixar o mais claro possível que a igreja dos Homens Pretos “mereceu” o incêndio, enquanto que o Visitador Saldanha, provavelmente

alheio ao assunto, e acreditando piamente na explicação teológica, designava o ocorrido como realmente um ato de Deus.

De acordo com o livro de Vicente de Macedo, no dia seguinte após esse pequeno sermão, todos se dirigiram...

“para a desnuda, e antes desprezada Matriz, onde ele fazendo pôr tudo na melhor ordem, e asseio possível mandou abrir um sumidouro, ou cova grande no lugar destinado para o Altar do Sacramento na inchoada[?] Capela do mesmo Santíssimo, e fez depositar as Sagradas Cinzas do continente, onde se abateu o Tabernáculo do Senhor, as quais carregamos os Sacerdotes com a maior decência, e veneração dentro do seu próprio esquite” (fl. 6v-7).

Se em um curtíssimo período de tempo a antiga Matriz foi reativada, por qual razão isso não fora feito antes? Ao que tudo indica, a igreja de Nossa Senhora do Ó não estava completamente reformada, mas o básico da arquitetura existia para que ali se pudesse celebrar ofícios divinos. As colocações “desnuda” e “antes desprezada” reforçam o que já fora escrito nessas linhas: **1)** o sentimento de itens usurpados; **2)** o abandono dado por alguns homens e famílias locais, mas não necessariamente todos.

Preces foram estabelecidas para os dias 25 e 27 de abril de 1801. Enquanto as cartas eram enviadas, o Visitador Saldanha tratou de arrumar a igreja de Nossa Senhora do Ó:

“foi cuidando em preparar a Matriz, na qual há muito tempo se não celebrava, destruiu, e abrasou todos aqueles móveis velhos, e imundos, que serviam mais de indecência, do que de ornamento; Limpou, e regulou todas as coisas com ordem, e com a perfeição possível, erigir um Altar na Capela Mor sobre o qual levantou um Docil[?] para que se pudesse expor o Santíssimo Sacramento na ação das rogativas” (fl. 7).

Ao que parece, a situação da igreja Matriz de São Miguel não era tão periclitante como se imaginava. O abandono dos fiéis também não era catastrófico. Ao invocar a procissão, preces, ladainhas, missas, orações, terços e até confissões sacramentais e etc., o Visitador Saldanha se pôs a angariar as esmolas para reabertura da igreja. Até o Bispo de Pernambuco, Azeredo Coutinho, doou um valor de 200 mil réis. Saldanha Marinho se prontificou a dar 100 mil réis. Com isso, os ânimos da população (branca) local se levantaram: “e se encheram com tanto zelo, que não só ofereceram muitos os que justamente podiam dar, como também alguns mais do que parece que permitiam as suas possibilidades”. Para administrar a reforma, conseguiram um fabricante para que toda a doação fosse bem dispendida. O total, parte arrecadado e parte prometido: “um conto, e setenta e um mil, e quatrocentos e setenta e cinco

réis [1:071\$475réis], não falando em taboados, açúcares, e alguns gêneros prometidos” (fl. 10).

E a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos? Onde ficou nessa história? Pela leitura do livro de Vicente Macedo, tornou-se abandonada. Os olhos estavam voltados para a antiga igreja Matriz, que deveria ser revitalizada. O conjunto social chamado a participar das solenidades tem uma composição interessante:

“assistindo a ela [o Ritual Romano *in quacumque tribulatione*] dezesseis clérigos, entre os quais se achavam quatro Reverendos Vigários: o desta Freguesia, o da Vila das Alagoas, o da Atalaia, e o do Poxi, sendo também presentes o Capitão Mor, o Tenente Coronel Miliciano, e mais pessoas da mesma Vila da Alagoa com todos os moradores desta povoação” (fl. 8).

Parte do estrato social mais poderoso da localidade estava presente (os possíveis homens bons, ou nobreza da terra). Mas um toque de mestre era necessário. O Santíssimo Sacramento estava exposto sobre o Altar para a celebração do Ritual Romano e, como cereja do bolo da hierarquia escravista, “assistindo a Irmandade do Sacramento com tochas acesas”. Se o autor do presente artigo não estiver engando, essa Irmandade do Santíssimo Sacramento pertencia a igreja de Santa Luzia do Norte, fundada antes de 1781 (quando pediram à Rainha Maria confirmação de seu compromisso)³¹ e tinha como fundamento os ideais de pureza de sangue – ou seja, nada de escravos, descendentes de africanos, oficiais mecânicos e mestiços em seus quadros de irmãos e funcionários.

A cerimônia não ficou circunscrita à igreja Matriz. Após o Ritual Romano, o destino mudou: “logo caminhamos em ordem processional para o lugar do incêndio, invocando o Socorro da Poderosíssima Mãe de Jesus Cristo”. A ordem “processional” foi composta de sete voltas ao redor da igreja incendiada, “fazendo as genuflexões devidas, e prostando-nos todos com o rosto em terra diante da Imagem de Jesus Cristo cruxificado, que estava sobre um Altar erecto na porta da mesma Igreja”. O que se seguiu é importante e deve ser avaliado com imenso cuidado:

“A esta fúnebre, e religiosíssima cerimonia acompanharam rigorosas penitências, que faziam tremer os corações dos espectadores; ali se viam fortíssimos açoites, os ensanguentados lombos de muitos mostravam a sua interior compunção, acolá gravíssimos pesos carregados ainda por tenros infantes, excitava a maior ternura, e piedade” (fl. 9).

Baseado no que foi escrito até aqui, somando com leitura de bibliografia sobre festas e rituais religiosos na América portuguesa, problematiza-se quem seriam os “espectadores” e os

personagens que se açoitaram naquele momento³². Sobre os primeiros (os espectadores), imagina-se que eram os religiosos, o autor do livro, os milicianos, os irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento, e a alta sociedade da Vila das Alagoas e da Freguesia de São Miguel. Já o segundo grupo de homens (os que se autoflagelavam), quem sabe eram homens mestiços, pobres, de piedade extrema, ou pieguismo barroco (as mulheres foram obrigadas, sob pena de Excomunhão, a ficarem em casa apenas recitando preces. Ou seja, apenas os homens participaram do cerimonial) que tinham participado dos atos de autoflagelação³³. Mas, grosso modo, pode-se aceitar que os lombos que se açoitaram e sangraram, provavelmente, em sua maioria era dos homens pretos ou dos escravos daqueles que os enviaram a essa atitude de expiação dos pecados³⁴. Afinal, se a interpretação contida nesse ensaio estiver correta, houve toda uma retórica para demonstrar que foram principalmente os erros deles que fizeram com que Deus (leia-se, os homens) ateasse fogo em sua igreja.

Para fechar a última indireta sobre as culpas daquela classe de homem, em um insinuante parágrafo do Sermão pregado na “reedificada” igreja Matriz de Nossa Senhora do Ó, por Cipriano d’Arroxelas, três pecados foram bem delimitados para justificar o castigo do incêndio:

“Lascivos impudicos, evitai o fogo, de Sodoma, soberbos blasfemadores evitai o fogo de Goré, temerários profanadores do Templo, evitai o zorrage de Jesus Cristo” (fl. 28v).

Pecados: lascívia, blasfêmia e profanação. Características dos agentes: impudicos, soberbos, temerários. Não se admite nesse artigo que os luso-brasileiros brancos, e até mesmos os próprios reinóis, fossem isentos de tais ações. Uma lida rápida em qualquer livro sobre a Inquisição de Portugal dá uma boa imagem geral de que toda uma sociedade estava metida em atos que iam de encontro com a religião católica. Entretanto, apesar das existências desses desviadores brancos das morais cristãs, os religiosos, “intelectuais” e os representantes dos interesses escravistas pregavam que os negros, ameríndios e seus filhos miscigenados era quem detinham, no âmago de suas existências, tais características como inerentes ao seu ser³⁵. Se formos resgatar os “pecados” da igreja de Nossa Senhora do Ó, lembraremos que a preguiça e displicência em relação ao trabalho e a reforma da Matriz eram o motivo para que padres admoestassem os fieis. Mas, dado o tom do sermão de Cipriano d’Arroxelas, outros comportamentos – mais ligados aos negros – eram a justificativa do incêndio.

Os pretos tinham sofrido seu castigo, e a “casa de Deus” voltara a ser branca.

Notas de pesquisa

O tema escolhido para abordar a documentação agora transcrita foi pensado de maneira que abrisse um grande espectro acerca da história de Alagoas, propriamente da freguesia de São Miguel. A história do incêndio, se à primeira vista pode parecer dispensável (quem fez, como foi, onde aconteceu, por qual razão), ganha novos ares quando inserida dentro de todo um contexto social-hierárquico que existia na Comarca das Alagoas na virada do século XVIII para o XIX.

A despeito de ser muito criticada, viu-se necessária a avaliação imanente do livro, a partir de leitura atenciosa do escrito. Julgou-se indispensável ponderar a utilização de determinadas palavras, as generalizações oportunas, as ausências de termos e explicações, e os usos e abusos de histórias da Bíblia para compor analogias que elucidassem o que tinha acontecido naquele momento – mesmo que elas fossem conflituosas ou não “coubessem” perfeitamente à situação. Isso porque só o caso do incêndio foi avaliado. Quando a problemática se torna outra, as mesmas palavras recebem novos significados, as frases podem ser lidas de outra maneira e as próprias analogias bíblicas tomam outra lição de moral.

É mais do que óbvio que o livro por completo não se encerra na questão do incêndio. A obra é apenas uma porta que se abre para diversos tipos de investigação, que serão escolhidas a partir das problematizações do pesquisador interessado. Pode-se de imediato perceber as relações dos religiosos com suas Capelas e igrejas, os contatos com o Bispado de Olinda, a dinâmica com o centro da Vila das Alagoas e outros agentes como Militares e Oficiais da Câmara Municipal. No espectro religioso, os sermões podem ser mais bem esmiuçados, os rituais que foram empregados, os tipos de imagens e utensílios que existiam naquela época na igreja, a imposição das mulheres a ficarem em casa durante as procissões, os atos de autoflagelação, a comunicação entre o Bispado de Olinda e suas igrejas, entre outros.

Nesse ínterim, com tantos temas, por que foi escolhido o do incêndio? A motivação não reside em uma espécie de apreço a pesquisa atrás da solução do mistério-detetivesco *a la* Agatha Cristie, Sir Arthur Conan Doyle ou Edgar Allan Poe. Não se procura os autores do crime ou as causas físicas que ocasionaram o incidente, e sim que, pela leitura documental, as justificativas dadas ao acontecimento serviam como indícios para se entender os comportamentos de determinados homens (ou classe de homem) naquele momento histórico, que, por conseguinte, reforçava a hipótese de um incêndio não-espontâneo, ou seja, proposital e visando um fim prático. A partir disso, entende-se que Vicente Macedo e Cipriano

d'Arroxelas estivessem em consonância com os idealizadores e executores do plano do incêndio. Tanto o Sermão como o Memorial visava abafar as causas do incêndio físico e apelar para a combustão divina. E, como foi dito, o divino tinha que ser explicado, para assim justificar o ato, encerrar investigações e fazer a população aceitar a situação de forma passiva.

Os poderes da argumentação e dos discursos eram, portanto, reforçados por esse duplo aspecto: o local de fala dos padres (autoridades nos assuntos que envolviam o céu), e o local-social simbólico-prático dos homens pretos e brancos na sociedade luso-brasileira. A retórica dos contextos, utilizando de analogias bíblicas e da necessidade de punição firme e sem apelação, trazia a tona esse aspecto da sociedade luso-brasileira que deve ser sempre posto sobre a mesa: a escravidão e os relacionamentos baseados nos mecanismos de distinção e hierarquização social.

Nessa esteira de avaliação, a divisão da sociedade “miguelense” e seus conflitos entre grupos étnicos devem servir como linha mestra que percorre, ou pelo menos embasa, a totalidade dos futuros estudos que envolverão a fonte do Memorial do Incêndio.

Sobre o livro

O livro foi escrito a mão, e, ao que tudo indica, seguindo a tradição dos copistas, foi reescrito para acesso de outros homens. A versão utilizada para esse artigo se encontra na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Em um livro editado em inglês pela mesma Biblioteca, outra “edição” é relacionada (também escrita a mão). O que a identifica como outro livro é que no frontispício da obra há uma dedicação ao Bispo de Pernambuco naquele início de século: Dom José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho.

A obra é composta por três partes. A primeira é o Memorial, de autoria de José Vicente de Macedo. Contém uma epígrafe em latim e um soneto de autoria do Padre Gabriel José Pereira de Sampaio. A segunda parte é um conjunto de cartas trocadas após o incêndio. Seus autores são vários: o Visitador Saldanha, o Pároco responsável pela Matriz de Nossa Senhora do Rosário, o Capitão Mor das Alagoas, a Câmara da Vila das Alagoas, entre outros. A terceira e última é o sermão dado pelo Presbítero Cipriano d'Arroxelas. Não há um “capítulo final” do livro, o que dá a entender que o principal da obra é apenas o Memorial – pois Vicente cita as cartas trocadas e o momento final, que coincide com o sermão de d'Arroxelas.

Sobre a transcrição

Transcreveu-se o livro seguindo as normas técnicas da paleografia, mais precisamente as “Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos”, editadas pelo Arquivo Nacional. A linguagem foi respeitada e os únicos arranjos foram feitos de modo que palavras escritas juntas foram apartadas e as que se encontravam divididas se juntaram. Cada linha do livro foi separada para facilitar a leitura. Sinais de Pontuação (ponto, vírgulas, travessões, ponto-e-vírgula, etc.) não foram acrescentados e nem retirados³⁶.

Outro assunto importante para se ressaltar é em relação ao negrito. Como foi escrito a mão, algumas letras aparecem mais realçadas do que outras, por conta da quantidade de tinta ou do ângulo que o bico da pena passou pelo papel. Entretanto, algumas expressões foram escritas mais escuras do que outras de modo deliberado pelo autor do livro. Compreende-se que o intuito de José Vicente Macedo era realçar para dar atenção. Mesmo assim, fiz questão de sempre colocar em notas que tal palavra estava “realçada” e/ou “sublinhada” no original. Acredita-se que tais detalhes interessam para pesquisadores que dão demasiada atenção às técnicas da análise de conteúdo e de discurso.

ANEXO

Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Manuscritos. **02, 1, 006**. MACEDO, José Vicente. Memorial histórico sobre um incêndio... 1801.

[fl. 1]

01 Memorial Istorico

02 Sobre o funesto acontecimento do incen-

03 dio, com que se abrazou a Igreja de

04 Nosa Senhora do Ro-

05 zario dos Omens Pretos

06 que servia de Matriz na

07 Povoação, e Freguezia

08 De NoSsa Senhora do Ó.

09 de Sam Miguel

10 das Alagôas

11 Sendo Vezitador o

12 Conego

13 Joaquim de Saldanha Marinho

14 Anno de 1801

[sinal público, à direita]

[fl. 1v, em branco]

[fl. 2]

01 Ad idem

02 Epigr[afe]³⁷

03 In Ligu moriens “Sitio”³⁸ clamavit **Jezus**³⁹,

04 Crimina cum fuerint nortra[?] Soluta Deo.

- 05** Quid Sitis illius? ‘Majores Solvere pœnas?
06 ‘Non Satis est sanguis, supplicium que crucis?
07 Nune e jus Corpus Divinum Pyæide flagrat
08 Pro nobis flammis: est Satiata Sitis.
09 In tumulto vertes, Lineres in Pyæide panis
10 ‘Manserunt; Solus Spiritus astra subit.

11 Authore Josepho Vincentio Macedio

[fl. 2v]

01 Ao mesmo Asunto

02 Soneto

- 03** Arde o Templo, faiscas levantadas
04 Sobem ao Trono de Dêos Summo, e Santo,
05 E dos Omens as culpas podem tanto,
06 Que ardem em fim as Fôrmas consagradas.

- 07** Onde estaras Saldanha, que as pizadas
08 Não derigiste ao Templo Sacrosanto?
09 Qual nas Ribeiras de abrasado Xanto[?]
10 Salva Enéas as Áras ilezadas?

- 11** Mas que digo? ‘Não xóre o Santuario,
12 Quem do Incendio o ‘Misterio aflito ignora,
13 Dêos mesmo[?] o quiz, foi paso necesario.

- 14** Se Dêos nos não buscáse a toda a Óra,
15 ‘Num por nós dera a vida no Calvario,
16 ‘Nem neste Incendio se abrazara agora.
17 Pelo Padre Gabriel Jozé Pereira de Sam Paio

18 Profesôr de Gramatica do Penêdo.

[fl. 3]

01 Memorial do

02 funesto acontecimento, com o qual se

03 incendiou a Igreja do Rozario dos

04 Pretos, que servia de ‘Matriz na

05 Freguezia de Sam ‘Miguel das

06 ~~~~~‘Alagôas~~~~~

07 Pela ruina dos tempos, ou pê-

08 la má fundação dos antigos se avia danificando a Cape-

09 la Mor da Matriz desta Povoação de Sam Miguel

10 das Alagôas, ao que acodindo o R[everendo] Parocho com os

11 mais freguêzes para reedificar fizerão deitala abaixo,

12 e com efeito tratarão da sua renovação, e pedirão para

13 iso a S[ua] Magestade ajuda de custos, segundo as

14 Piedozas, e Beneficas Ordens dos ‘NoSos Soberanos.

15 Com parte dese dinheiro, que se extrahio do Erario, e

16 mais algûas esmolas dos Parochianos pozerão em

17 execusão a obra, xegando ao estado de cobrirem a dita

18 Capela ‘Mór, e parando aqui por onze annos pou-

19 co mais, ou menos se tem conservado incapaz de se

20 fazerem os Officios Divinos, e colocar o SantiSimo

21 Sacramento; o qual pasando-se para a Capela do Ro-

22 zario dos Prêtos desta mesma Povoação, que está

[fl. 3v]

01 plantada junto da Matris duzentos pasos, pouco

02 mais, ou menos, quaze em pozição paralela hûa da

03 outra, olhando ambas para o Nascente, foi Deos

04 Servido por Seus Altos Juizes, ou talvés para incropár[?]

05 a nosa[?] mesma indolencia a respeito da sua Santissima

06 Caza, que na madrugada do dia terça feira 21⁴⁰ de

07 Março deste anno de 1801⁴¹ se sentise quaze pelas

08 quatro óras abrazando-se a mesma Capela do Ro-

09 zario, na qual o fogo teve principio, e conservava a sua

10 maior actividade na Capela ‘Maior.

11 Apenas[?] foi percebido este infelis, e não pre-

12 visto incidente por ûa pesôa mais vezinha a Igreja,

13 deitou esta aclamar pelas ruas entre tremulas[?], e confu-

14 zas vezes “Fôgo, Fogo na Igreja”; estes clamores forão

15 bastantes para pôr a todos, que ião despertando do

16 dormente Sôno, perturbados, e xeios de tremor, e espanto.

17 ‘Não me[?] será facil fazer da igual pintura da de-

18 zordem, com que todos se aceleravão a acodir: por que,

19 ûns semiacordados titubantes entre fadiga, e Susto,

20 nem[?] com as portas de suas proprias Cazas acertavão pa-

21 ra as abrir, entre[?] meios vestidos assim mesmo por

22 elas fora se lançavão envoltos nas poucas roupas, a que

23 sem acordo tinhão deitado as mãos sobre os seus

24 Leitos: muito[s] dos mais dezanimados com as[?]

[fl. 4]

01 as mãos sobre as cabêças vagavão pela Campina, in exporta[?]

02 parecendo-lhes, quê, ou a terra patenteáva as suas entra-

03 nhas escalando a superficie para vomitar os Sulfureos[?]

04 abismos, ou o Céu se empenhava a terminar os dias pelo

05 diluvio de fogo prometido, quaze todos porem corrião de

06 varias para incertas partes entre confuzas vezes sem

07 perceberem o proprio lugar de incendio, ate que o clarão

08 do mesmo fogo os conduzio para a Igreja ardente.

09 Ali, huns mais animozos diligencião ter-
10 par ao tecto da Igreja para a destelhar, outros se arrojão[?]
11 ás portas ainda feixadas, e alguns abrazados agora de
12 ardor, e zêlo, que talvês antes tinham perdido da Caza
13 de Dêos, parecem desprezar o ardor das xamas cami-
14 nhando quaze entre elas, para ver se salvavão o San-
15 tiSimo Sacramento: porem o Céos! Que desgraça! Já
16 se axava todo o Santuario abrazado, o Sacrario, o
17 Altar, as Santas Imagens, paramentos, a mesma[?]
18 talha[?], o forro da Capela Mor tudo estava reduzido
19 a fogo, Carvão e cinza.

20 Com tudo de modo posivel se destelhou
21 parte do Corpo da Igreja, abrirão-se algûas portas, e
22 por ali se foi lançando agoa com a maior diligencia:
23 não estava porem ainda a Sacristia abrazada, na
24 qual se achava o caixão dos Ornamentos; este á preça

[fl. 4v]

01 se tirou quaze milagrozamente; por que sendo de Gejui-
02 ba, e estando xeio de varias alfáias de cêdas, pratas, Etc^a
03 não obstante isto quatro Ómens o carretarão com tanto
04 reforço, quanto não podirão ao depois prestar, oito, ou
05 dez dos mais robustos.

06 Pêlas seis óras da manhã se tinha vencido
07 não com pouco trabalho o incendio, do qual aplacado
08 por bastante espaço de tempo o fúmo, e o calor impedi-
09 ão a averiguação dos tristes efeitos desta orroroza ca-
10 tastrophe.

12 É indizível o sentimento que ocupou o Co-
13 ração de todos á vista de úm espetaculo tão deplora-
14 vel. O Reverendo Vigario Jozé de Araujo Medeiros
15 foi o primeiro, que banhádo em lagrimas deu úm tes-
16 temunho claro da sua tristeza; a este acompanha-
17 rão o Reverendo Francisco de Moura Lima, o
18 Reverendo Coadjutor actual Francisco Ignacio,
19 o Sacristão Francisco Fernandes de **Jesus**⁴², os
20 quais todos lacrimozos derão úm exemplo raro
21 aos mais, que logo não deixarão de romper no mes-
22 mo exceSso de sentimento, e pranto: Então se co-
23 meçarão a desenvolver das quentes ruinas os des-
24 pojos do fogo

25 Aparecéo no lugar aonde se

[fl. 5]

01 abatêo o Altar ‘Mór a pedra da Ára deste par-
02 tida em muitos pedaços, mas a do Tabernaculo in-
03 teira, denegrada em parte, e parte conservando ainda
04 restos da capa de Linho que a cobria: a Sagrada Am-
05 bula meia derretida, e maSsada a metáde, que se não
06 liquidou; o operculo, e a cruzinha do mesmo se axarão
07 illezos: o que foi de Cêdas, galões, Etc^a tudo ficou abraza-
08 do, e consumido. As Santas Imagens, como foSsem
09 a do Crucificado de marfim com úm palmo de vulto,
10 a da Senhora da Spectação, Orago desta Freguezia,
11 com Sinco palmos: a do SantiSimo Coração de
12 **Jezus**, a da Senhora do Rozario com quatro, a
13 do Glorioso Patriarcha Sam Jozé, com quatro, a de
14 S. Benedicto com quatro, e meio, todas sofrerão a
15 injuria do fogo

16 Depois de acabada a necesaria dili-
17 gencia de se pôrem os reziduos a Salvo, e se recolhe-
18 rem por mão dos Sacerdótes as reliquias dos Sa-
19 grados vazor[?] com a decencia possível, o Reverendo
20 Vigario fes úa Carta de Oficio narrativa do infe-
21 liz sucésio[?] ao Reverendo Senhor Conego Vezitador
22 Joaquim de Saldanha ‘Marinho, o qual
23 se axáva vizitando a Vila da Alagôa. Alí[?]

[fl. 5v]

01 E quanto não é constante o transporte de dôr[?], que
02 sorprendêo este Vice Prelado xegando ao excésio de
03 rompêr em úm dezatado pranto entre soluços, e cla-
04 môes ao Céio. Eu o não prezencieei, porém segundo
05 me contarão peSsôas veridicas parecia, que úm San-
06 to frenezi o aviá acometido, e depois de pasado o maior
07 transporte, aflito, xoroço, terno, dezasosegádo, incon-
08 solavel não cesava de perguntar, e dizer = Como?
09 Quando? Por culpa de quem? ‘A que oras? Que
10 se perdêo? Que se abrazou? O ‘Altar! O Sacratio!
11 As Sagradas formas! É possível! Que desgraça!
12 Nossos pecados! = Éráo as vozes, que na confuza
13 aflição se ouvirão da sua bôca por úm pouco de
14 tempo.

15 Este Piedozo Ómem abrazado de zêlo, refletindo
16 com madurez, que Dêos asim nos queria avizar dos
17 castigos, que nos ameaçavão, permitindo que o mesmo
18 elemento, que sempre o aviza obedecido, para punir as
19 maldades dos Ómens, devorá-se o seu Santissimo Corpo
20 Sacramentádo, asim como consentio que os Felistêos pre-

21 zionásem a Arca do Testamento paga castigar a re-
22 belião dos Israelitas, mandou logo publicar preces
23 na mesma Vila da Alagôa, que se fizêrão solem-
24 nemente nos tres dias Seguintes, e rogou á Camara
25 o quizesem acompanhar naquela necessaria cerimonia

[fl. 6]

01 de preces, e penitencia: excitou com seu exemplo, e vózes
02 á compunção, e penitencias dos pecados: dirigio no mesmo
03 dia tãobem uma Carta circular de Oficio aos Reverendos
04 Parocos de ‘Norte, e Sul para asim tão bem o executa-
05 rem, pasando de uns a outros sucesivamente por toda
06 a sua Vizita até o ultimo apresentar a Sua Excelencia Reverendíssima
07 para que dando as providencias necessarias, como for servido,
08 se digne tãobem exemplar-nos com a sua Religiozisima
09 Piedade; e para que melhor venha ao conhecimento de
10 todos o zêlo, e exactidão do Reverendisimo Senhor Co-
11 nego Vizitador parecêo-me bem Lançar no fim deste
12 ‘Memorial as copias dos Sobreditos officios, e cartas,
13 que teve.

14 Depois disto não omitio alguã dili-
15 gencia para excitar a todos os abitantes a enviar pre-
16 ces ao Ceo, reformar os costumes, e purificar as conci-
17 encias, para se poder obter de Dêos o perdão do cas-
18 tigo merecido. Em toda esta expedição não gastou
19 mais que um dia, que foi o de 22⁴³. No dia 23⁴⁴ se
20 pôs a caminho acompanhado de alguns Sacerdotes
21 da mesma Vila, conservando em toda a Viagem úm
22 profundo silencio, entre o qual só se ouvia a recita-
23 ção do noso Itinerario. Pelas dés óras pouco mais
24 ou menos xegarão á Povoação de Sam ‘Miguel,

25 distante da Vila Sete léguas antes que entrasem

[fl. 6v]

01 á ponte[?], se desmontou do Cavallo o Reverendo Vezitador, des-

02 calsou os pes, e da mesma sorte todos os Sacerdotes, e

03 Seculares, que o acompanharão, dirigirão os pasos pa-

04 ra dentro da Povoação,

05 Apenas se avistou o abrazado, e denegrido

06 Templo, onde só parece que se vião pendurados os

07 paineis da indignação Divina, as tristes, e cinzen-

08 tas ruínas do vorás elemento, de tal cómoção, ter-

09 núra se virão penetrados, que as lagrimas parecião

10 precipitados arriolos de agoa viva. Xegamos pois

11 á Igreja, onde só existem as defumadas paredes

12 na Capela Mor, o Reverendo Conego Vizitador

13 prostrado no lugar, aonde se abateo o Tabernacu-

14 lo, debruçando-se com o rosto em terra, e os braços aber-

15 tos em forma de crús, no mesmo lugar do Tabernacu-

16 lo, alí xorou sobre as Sagradas cinzas com tão repe-

17 tidos soluços, e gemidos, que movêo a todos a maior, e

18 mais edificante piedade. Todos nós o acompanha-

19 mos prostrados com profundo respeito, veneração, e

20 sentimento: depois de joêlhos rezamos os Psalmos

21 penitenciais, que ele ofereceo com a Oração cortumada

22 de preces.

23 Logo que acabámos esta cerimonia, fomos

24 para a desnuda[?], e antes desprezada ‘Matris, onde

25 ele fazendo pôr tudo na melhor ordem, e aceio po-

[fl. 7]

01 posivel mandou abrir úm Sumidouro, ou cova[?] gran-
02 de no lugar destinado para o Altar do Sacramento
03 na inchoada[?] Capéla do mesmo Santissimo, e fez depo-
04 zitar as Sagradas cinzas do continente, onde se aba-
05 teo o Tabernaculo do Senhor, as quais carregamos
06 os Sacerdotes com a maior decencia, e veneração den-
07 tro do seu proprio Esquife.

08 Então fes ele úa pequena fala ao Povo,
09 na qual não só persuadia a todos a penitencia, como
10 igualmente pedia que quizesem concorrer todos assim
11 para a reformação dos nosos desmanxados costumes
12 com e'menda da vida, e frequencia dos Sacramentos,
13 como tãobem para reedificação, e ornato da Igreja.

14 Promulgou as Preces que avião principiar
15 no dia 25⁴⁵, e acabar no 27⁴⁶. Entretanto foi cui-
16 dando em preparar a 'Matris, na qual á muito
17 tempo se não celebrava, destruiu, e abrazou todos
18 aqueles moveis velhos, e imundos, que servião
19 mais de indecencia, do que de ornamento; Lim-
20 pou, e regulou todas as couzas com ordem, e com
21 a perfeição posivel, eregir ú Altar na Capéla
22 'Mór sobre o qual levantou um Docil[?] para
23 que se pudése expor o **Santissimo Sacramento**⁴⁷
24 na ação das rogativas[?]

25 Não deixarão de

[fl. 7v]

01 de corresponder todos os abitantes com suas esmólas,

02 e pessôas a tão pias, e devotas insinuações, as publicas
03 demonstrações de fervôr, e piedade derão a conhecer
04 quanto servem os bons exemplos dos vigilantes Pas-
05 tôres para edificar e persuadir ao resto dos Ómens
06 a praticarem o bem, que muitas vezes sufocado em
07 um deliberado dezejo, se não executa por não aver
08 quem seja o primeiro, que o pratique. Estes Povos
09 indolentes apenas ouvirão que o noso Excelentissimo Praela-
10 do o Senhor D. Jozé Joaquim da Cunha d'
11 Azerêdo Coutinho noso Amavel Pastor liberal,
12 e beneficemente oferecêo duzentos mil reis por mão
13 de seu Illustrissimo Comisario o Senhor Conego Joaquim
14 de Saldanha 'Marinho, e que este tãobem dava
15 cem[?], seguindo as passadas[?] do seu Sagrado 'Mo-
16 delo, de tal sorte a fervorizarão os seus ânímos,
17 e se enxerão de tanto zêlo, que não só oferecerão mui-
18 tos o que justamente podião dar, como tãobem
19 alguns mais do que parece que permitião as suas
20 possibilidades, a cuja demazia acodindo a pru-
21 dencia do Senhor Vezitadôr contêve tais excessos[?]
22 aceitando só o que regularmente conhecêo se podia
23 exigir sem extorsão dos seus bens, e famílias.

24 Varios exercicios de devoção, como fosem

[fl. 8]

01 fosem: devotissimos Terços, Orações, 'Misas, e confisões
02 Sacramentais forão os emprêgos de todos estes dias, até
03 a penitencia publica, que se fes do modo indicado no
04 Edital do Senhor Conego Vizitador, o qual modo é
05 o Seguinte.

06 Depois de feitas as rogativas nos tres
07 dias consignados com aquela ordem, que dispoê
08 o Ritual Romano in quacumque tribulatione⁴⁸
09 assistindo a elas dezaceis clérigos, entre os quaes se
10 axavão quatro Reverendos Vigarios: o desta Fre-
11 guezia, o da Vila da Alagôa, o da Atalaia, e o do
12 Poxi, sendo também presentes o Capitão ‘Mor, o
13 Tenente Coronel ‘Miliciano, e mais pesôas da mes-
14 ma Vila da Alagôa com todos os moradôres desta
15 Povoação, estando o Santissimo Sacramento
16 exposto incluzo na Pyxide Sagrada sobre o Altar gra-
17 vemente iluminado, assistindo a Irmandade do Sa-
18 cramento com toxas acêzas, o Reverendo Vezitador man-
19 dou ler o Edital, no qual dispunha o modo mais de-
20 voto, religioso, e compungente de se fazer a Prosição de
21 Penitencia. As Ave ‘Marias concorrerão todos para
22 a Igreja ‘Matris descalsos os pes, com profunda tris-
23 têtza, e respeitavel Silencio, vestidos de luto, e xeios
24 da modéstia necessaria, os Seculares imitando

[fl. 8v]

01 em tudo a devoção dos Sacerdotes. Estes mesmos a-
02 penas vestidos com as suas loubas[?], sem algú outro
03 distintivo de Character, prezidiados do seu Venerando
04 Vizitador se prostrarão diante do Altar, e descu-
05 bertas as cabêças em Sinal de maior umildade, cu-
06 bertos porem os semblantes de confuzão, e temor, que
07 muito bem indicava a tristêtza, e ternura dos seus
08 Corações, começarão a recitar os Psalmos Penitenciais
09 Ladainha, e Preces, que acabadas, o Reverendissimo Prezi-
10 dente oferecêo com as Orações costumadas.

11 Então os dobres[?] dos Hinos, a Silencioza devoção
12 do Acto, a geral tristeza de todos, a memoria do infe-
13 lis acontecimento, e finalmente o funebre espetaculo
14 da Igreja abrazada penetrou tanto os ânimos de-
15 tidos, que os Corações compungidos a cada instante a-
16 prezentávão os Sinais mais certos da Sua dor, e pe-
17 nitencia nas copiozas lagrimas, que derramavão.

18 Logo caminhamos em ordem processional
19 para o lugar do incendio, invocando o Socorro da Pu-
20 dozissima ‘Mãe de **Jezus Christo**, com estas pala-
21 vras = ‘**Mater Christi**’⁴⁹: = que repetidas em som[?]
22 maviôzo[?], e submisso respondia **todo o Povo**⁵⁰: = **Ora**⁵¹
23 **pro nobis**⁵²: = e nesta ordem tao devota, e compugen-
24 te circulámos sete vezes em torno da Igreja, fa-

[fl. 9]

01 fazendo as genuflexões devidas, e prostando-nos todos
02 com o rosto em terra diante da Imagem de **Jesus**⁵³
03 Christo Crucificado, que estava Sôbre úm Altar e-
04 recto na porta da mesma Igreja.

05 Entretanto se conservavão todas as mulheres,
06 sem excepção de algúa incluzas dentro de suas Cazas
07 com os restos de suas tenras familias ôrando incesan-
08 temente a Dêos com devotissimos Têrços, Ladainhas,
09 e mais Canticos a ‘Nosa Senhora, entre tantos sus-
10 piros, e lagrimas, que parece a ternura deste devoto
11 Sexo junto com as Preces de noso inconsolavel, e
12 aflito Pastôr, não deixarião de inclinar o Céu a noso
13 Socôrro.

14 A esta funebre, e religiozisima cerimonia
15 acompanharão rigorozas penitencias, que fazião tre-
16 mer os corações dos expectadôres; ali se vião fortisimos
17 açoites, os ensanguentados Lombos de muitos mos-
18 travão a sua interior compunção, acolá gravisimos
19 pêzos carregados inda por tenros infantes, excitava
20 a maior ternura, e piedade

21 Feita esta tão edificante cerimonia, se-
22 guimos todos na mesma ordem de procissão con-
23 tinuando da Ladainha de ‘Nosa Senhora, fo-
24 mos para a ‘Matris, aonde oferecido tudo com
25 a mesma devoção, feixádas as portas da Igreja

[fl. 9v]

01 e apagadas as luzes, tomarão todos diciplina com
02 o raro exemplo do Noso Piisimo Vizitador.

03 Depois disto se dêo sinal a todo o Pôvo
04 com dobras de Cino para o Sermão, que ouvido, as La-
05 grimas do mesmo Pôvo, e seus clamores, e Suspiros,
06 derão úa ideia certa de quanto esta cerimonia os ti-
07 nha deixado edificados, contritos, e corrigidos dos
08 defeitos pasados; que talves derão ocasião a tão me-
09 moravel, e deplorada catastrophe.

10 O Bom Dêos das Misericordias se
11 queira compadecer de nós[?], para nos perdoar por meio
12 da penitencia, asim como aos ‘Ninivitas, com os
13 avizos do seu ‘Ministro, que entre nós fes as vezes
14 do Profeta Santo, e por iso lhe queira dar as graças
15 prometidas a todos, os que o servem com o fervor, e zêlo

16 de verdadeiros ‘Ministros.

17 Eu certamente não poso deixar de admirar
18 nele um verdadeiro ‘Ministro Evangelico, amante
19 da onra de Dêos, tanto pelo modo religiôzo, como que
20 fez tão edificante cerimonia, como pelo excesivo sen-
21 timento, que de então para cá tem mostrado
22 em seu venerando semblante, já derramando
23 lagrimas apenas se fala no sensível cazo, já
24 conservando-se com as barbas crecidas, que prome-

[fl. 10]

01 prometêo não rapar, senão depois que se fizese festivida-
02 de em dezagravo do mesmo Santissimo Sacramento,
03 para a qual com toda a força, e deligencia se está pre-
04 parando a Capéla.

05 Para enfim[?] nomiou Fabriqueiro, e Ad-
06 ministrador o Reverendo Francisco de ‘Moura Li-
07 ma, a quem mandou integrar todas as esmolos
08 que naquele dia se derão, e prometerão, cujo cumpito
09 xegou a úm Conto, e Setenta e úm mil, e quatro
10 centos, e Setenta e cinco reis, não falando em taboados,
11 Asúcares, e alguns outros generos prometidos.

[desenho, abaixo]

12 Cop.

[fl. 10v]

01 Copia da Carta

02 do Reverendisimo Senhor

03 Conego Visitador, dirigida ao Reverendo

04 Vigario de Santa Luzia do ‘Norte,

05 para circularmente pasar a

06 todos os mais Reverendos Pa-

07 rocos da sua Vizita

08 ‘Muito[?] Reverendo Senhor Padre Vigario de Santa Luzia do ‘Norte

09 Por castigo ás minhas enormes

10 culpas, e a frouxidão, com que dezempenho as funções do ‘Nosso

11 Excelentíssimo Prelado nesta Vizita, permitio Dêos, que no dia

12 de Ôje pelas tres óras da manhã ardêse em xamas, a

13 Matris da Freguezia de Sam Miguel, em o qual

14 incendio não só forão queimadas as Santas Imagens,

15 Ornamentos, e prata da Igreja, como também falta

16 me o valor para o expreçar / foram reduzidas as cinzas

17 as Especies Sacramentaes pelas culpas dos Ómens, que

18 merecendo pelos grandes pecados a pena do fogo Eterno,

19 quis Dêos aparentemente padecer por úns ingratos

20 filhos a pena do mesmo fogo, que nós mereciamos.

21 Em tamanha tristeza fica abatido o meu espirito, e

22 sem saber, que satisfação dê a Dêos pelos des-

[fl. 11]

01 descuidos dos Ómens, lembro-me ordenar a Vossa ‘Magestade

02 faça por tres dias preces publicas com o Povo, e Clero, e

03 no fim úa Procisão de penitencia, para que apartemos

04 de nós o castigo bem merecido em tal Cazo.

05 Tão bem lhe ordeno faça remeter esta minha

06 Carta ao Reverendo Paroco do Meirim, de donde seguirá

07 ao de Camaragibe, e dai Sucesivamente a todos os
08 Reverendos Parocos desta minha Vezita, aos quaês, e a
09 Vossa Magestade ordeno mais, que publiquem esta Carta
10 á estação da ‘Misa Conventual em úm dia de pre-
11 ceito, e faça copiár no livro do Registo pasando
12 ao pé desta, Certidão, que será remetida pelo ul-
13 timo Reverendo Paroco a Sua Excelentissima Reverendíssima para que dê as
14 costumadas provas da sua Altissima Piedade, e
15 as providencias que lhe parecer justo. Vila das Ala-
16 gôas 21 de Abril de 1801.

17 Joaquim de Saldanha Marinho.

[sinal público]

[fl. 11v]

01 Copia da Carta
02 do Reverendissimo Senhor Conego Vizitadôr
03 dirigida ao Capitam ‘Mor da Vila
04 da ‘Alagoa

05 Illustríssimo Senhor Capitam ‘Mor Jozé do Rêgo e ‘Macêdo

06 Por castigo ás minhas enormes
07 culpas e a frouxidão, com que dezempenho as funções
08 de ‘Noso Excelentíssimo Prelado nesta Vizita, permitio Dêos
09 que no dia de ontem pelas tres oras da manhã
10 ardêse em xamas a ‘Matris de S. ‘Miguel, em
11 cujo incendio não só forão queimadas as Santas
12 Imagens, Ornamentos, e prata da Igreja, como
13 também /falta me o valor para o expresar/ foi redu-
14 zido a Cinzas o Pam dos Anjos pelas culpas

15 dos Ómens, que merecendo pelos seus grandes pe-
16 cados a pena do fogo eterno, quis Dêos segunda
17 vez padecêr por eses ingratos Filhos a pêne da-
18 quele mesmo fogo que nós mereciamos. Em
19 tamanha tristeza fica abatido o meu espirito,
20 e sem saber que satisfação dê ao mesmo Se-
21 nhor.

22 Lembro me rogar a Vossa Senhoria queira

[fl. 12]

01 queira com a ‘Nobreza desta Vila em onra da Re-
02 ligião ajudar me a dar algúas providencias neste
03 Cazo, dignando-se de se incorporar cómigo para
04 que juntamente pasémos ao lugar daquela ‘Ma-
05 tris incendiáda, para onde parto amanhã a fa-
06 zer preces publicas com o Clero, Pôvo, e mais pessôas
07 e no fim úa Procisão de penitencia no dia 27⁵⁴ do
08 corrente para asim evitar-mos o castigo bem mereci-
09 do, que o Céu⁵⁵ nos ameáça. Este acto de Piedade em
10 Vossa Senhoria será tanto mais agradavel a Deos, quanto
11 mais é Vossa Senhoria superior aos outros no Cargo, que o-
12 cúpa.

13 Por esta ação deverá esperar de Dêos
14 os dons de sua Graça, e do ‘Nosso Excelentíssimo Prelado os de-
15 vidos agradecimentos, a quem pasarei a dar parte
16 disto mesmo com todas as circunstancias que obser-
17 var.

18 Deos guarde a Vossa Senhoria muitos an-
19 nos = De Vossa Senhoria = Obzequiôzo Venerador =

20 Joaquim de Saldanha ‘Marinho = Em

21 vizita da Vila das Alagôas aos 22 de Abril de 1801.

22 Edi

[fl. 12v]

01 Edital do Reverendíssimo Senhor Co-

02 nego Vizitadôr, no qual prescreve

03 a Ordem, e cerimonia, com que se

04 fizerão as Preces, e Procissão de Pe-

05 nitencia na Povoação de S.

06 Miguel

07 Copia

08 Joaquim de Saldanha ‘Marinho

09 Conego Prebendado na Santa Sé de Olinda

10 Vizitador Geral do Sul, e Comarca das Ala-

11 gôas, nela Delegado do Crisma por Sua

12 Excelencia Reverendissima, que Deos goarde Etc^a

13 Por ser muito da nosa uti-

14 lidade e devêr, recorrer a Dêos em todo o tempo, como

15 nos manda o ‘Mêsmo Senhor, e principalmen-

16 te neste, em que vemos eminente o castigo ás

17 nosas maldades; e por que pelo tremendo, e

18 infausto incendio da ‘Madrugáda de 21⁵⁶ do

19 Corrente ‘Mês, foi Dêos servido, que ardêse na

20 Igreja do Rozario desta Povoação o ‘Mesmo

21 Corpo Sacramentádo de seu Unigenito Fi-

22 lho, que estava repostado para sustento espi-

[fl. 13]

01 espiritual das nosas Almas; Fui servido deter-
02 minár Preces publicas em os dias 25⁵⁷, 26⁵⁸ e 27⁵⁹ do Cor-
03 rente ‘Mês, e não axando bastante tão pequena
04 satisfação em dezagravo de tamanho incidente, que
05 por nosos descuidos, omisões, e falta de amor para
06 com o mesmo Dêos, aconteceo. Ordeno aos meus
07 muito amados Irmãos Sacerdotes desta Fregue-
08 zia, ‘Nobreza, e Pôvo da mesma, que no sobredito
09 dia 27⁶⁰ nos ajuntemos pelas sete óras da noite na
10 Igreja ‘Matris para o fim de se fazer Procição
11 de publica penitencia, em a qual procederemos,
12 descalsos os pés, descuberta a cabeça, e despídos os
13 ábitos exteriores do Venerando estado; o que espe-
14 ro imitem os demais asima contemplados; vin-
15 do outro sim vestidos de luto, com o qual indi-
16 quem a sua penitencia interior: e para que
17 o comum inimigo não abuze deste acto de
18 Religião: Ordeno com pena de excomunhão
19 a toda a mulher de qualquer estado, e condição
20 que seja, que em dita noita emquanto durar
21 esta cerimonia não saião de suas Cazas, onde com as
22 portas fechadas rezem o Terço a Nosa Senhora pe-
23 dindo a Dêos misericordia para si, e para nós

[fl. 13v]

01 té que seião xamadas ao toque do Sino da ‘Matris
02 para ouvirem a pregação, com que se concluirá o Sobre-
03 dito acto. O Reverendo Paroco publicará este
04 Edital ao Pôvo na estação da ‘Misa Conventu-
05 al nos dias 26⁶¹ e 27⁶² do Corrente, para que seja a

06 todos manifesto, e o Registrará no livro dos Provimen-
07 tos da Vezita, pena de se lhe dár em culpa. Dado
08 na Povoação de S. ‘Miguel sob meu Signal
09 aos 26⁶³ de Abril de 1801⁶⁴: E eu o Padre João
10 ‘Nepomuceno Dias Cabral Secretario da Vizita
11 o escreviy = Joaquim de Saldanha ‘Marinho =

12 Por

[fl. 14]

01 Portaria do Reverendíssimo
02 Senhor Conego Vizitadôr, na qual
03 nomeia Fabricheiro, e Adminis-
04 tradôr das obras da Matris de
05 São ‘Miguel, ao Reverendo
06 Francisco de ‘Moura Lima

07 Copia

08 Joaquim de Saldanha ‘Martins
09 Conego Prebendádo na Santa Sé de Olinda, Vi-
10 zitador Geral do Sul, e Comarca das Alagôas,
11 Delegado do Crisma por sua Excelencia Reve-
12 rendisima, que Deos goarde Etc^a

13 Como na prezente ocasião,
14 em que a maldade, pode atribuir ao descuido dos
15 Ecleziasticos o terrivel incendio de 21⁶⁵ do Corrente,
16 devo dár as necessarias, e activas providencias pa-
17 ra o reparo da Igreja ‘Matris desta Povoação,
18 que se áxa inteiramente abandonada a muitos
19 annos com publico discredito não só dar Paro-

20 chianos desta Freguezia, como daqueles mes-
21 mos / o que hé ainda mais digno de dôr / que por

[fl. 14v]

01 por parte de Sua Alteza Real devião dar todo o calor
02 a obra da ‘Matris, por ser certa, e indubitavel a Pie-
03 dade, zêlo, e Liberalidade dos ‘Nossos Augus-
04 tiSimos Soberanos, não só para as Igrejas do
05 seu Padroado, como para as demais dos Seus
06 Reinos, e Dominios; Sou servido nomear
07 Fabriqueiro, e Administrador das Obras desta
08 ‘Matris ao Reverendo Padre Francisco de ‘Moura
09 Lima por concorrêr nele as qualidades necesarias
10 para este emprêgo, esperando do seu zêlo, e posi-
11 bilidade de desempenho e[?] nobre conceito, que dele
12 tenho formado, e lhe ordeno debaixo de preceito
13 formal de Santa obediencia, tome conta dela,
14 e ponha em execução todos os planos, que a este
15 respeito lhe ei de dar de viva vós: e outro sim or-
16 deno ao Reverendo Paroco desta Freguezia
17 lhe intregue a Fabrica, e de tres em tres mezes
18 a Relação dos Rendimentos provenientes dos mor-
19 tos, e mais, que pertencer á dita Fábrica, e que
20 não obste [*sic*] qualquer Determinação do dito Re-
21 verendo Fabriqueiro tendente a este fim, sem
22 Ordem expressa de Sua Excelencia Reverendíssimo, ou minha, e
23 o deixe exercer dita Administração, como lhe
24 tenho ordenado. E para que chegue áno

[fl. 15]

01 a noticia a todos os bons Parochianos desta Freguezia

02 a quem devem dár as esmólas, que ouverem de ofe-
03 recer / como estão obrigados em tal cazo :/ Ordeno ao
04 Reverendo Paroco publique esta minha Porta-
05 ria á estação da ‘Misa Conventual nos dias
06 26⁶⁶ e 27⁶⁷ do corrente; pena de se lhe dar em culpa,
07 e a registe no livro dos Provimentos da Vizita.

08 Dada na Povoação de São ‘Miguel
09 aos 26 de Abril de 1801 Sob meu Sinal: e eu
10 o Padre João ‘Nepomuceno Dias Cabral Se-
11 cretario da Vizita o Subscrevij =
12 Joaquim de Saldanha Marinho =

13 Mem

[fl. 15v]

01 Memorial
02 ao Capitão ‘Mor da Vila da
03 Alagôa, para mandár Ofi-
04 ciais para a reedificação da
05 ‘Matris da Povoação de Sam
06 ‘Miguel

07 Copia

08 Em ‘Nome do Excelentisi-
09 mo e Reverendisimo Senhor Bispo ‘Noso
10 Prelado, e desta Dioceze, o Reverendo Conego, Vizitador
11 actual desta Comarca requer ao Senhor Capitão
12 ‘Mor da Vila das Alagôas mande vir para a
13 obra da ‘Matris de Sam ‘Miguel os Officiaiz
14 nomiados na Relação infra, e cazo não queirão

15 voluntariamente obedecer os faça vir á força, por
16 assim ser do Serviço de Dêos, e de Sua Alteza Real,
17 como Padroeiro, e Gram ‘Mestre da Ordem de
18 Christo; e alem destes, os que lhe pedir o Reverendo
19 Administrador actual desta obra, o qual fa-
20 rá a todos bôa, e pronta a pága[?]. Povoação de
21 Sam ‘Miguel 24 de Abril de 1801⁶⁸ =
22 Joaquim de Saldanha ‘Marinho =

23 Cop

[fl. 16]

01 Cópia da Carta

02 que escrevêo a Camara da Vila da

03 ‘Alagôa ao Reverendo Senhor Conego Visitador

04 em resposta da que o mesmo Senhor

05 lhe dirigio

06 Illustríssimo Reverendíssimo Senhor Conego Vizitador Joaquim de Saldanha Marinho

07 Recebemos a Carta de Vossa

08 Senhoria data de 22 de ‘Abril, na qual nos dá o funebre

09 e sensível avizo de arder em xamas a ‘Matris de Sam

10 ‘Miguel com as Santas Imagens, e suas alfaias,

11 e juntamente o Senhor Sacramentado, e afim

12 de se por em execução os actos mais piós, e de satisfação

13 ao Ónipotente para aplacar o grande castigo bem

14 merecido, que nos ameáça, nos fas a distinta orro-

15 rôzo cazo.

16 Bem conhecemos a obrigação, que temos

17 de seguir a úm Pastôr tão Solicito de úas Ovelhas

18 omisas, e descuidadas, mas pela longitude do
19 Caminho, repentina viagem, e por uniforme-
20 mente terem concorrido para essa Povoação

[fl. 16v]

01 numerozas pesôas, que occuparão os poucos Cavalos
02 de montaria, que por cá á por cuja razão, não po-
03 demos ter azilo ao Sentimento, a que nos provoca
04 tal desgraça, e de acompanharmos ao ‘Nosso Par-
05 tir, ficando nos o lenitivo na triste ruina terem es-
06 tes Diocezanos por felicidade a Douta Providencia
07 da acertada escolha de Sua Excelencia Reverendissima de delegar
08 em Vossa[?] Senhoria[?] os seus poderes, para desempenhar seme-
09 lhante objeto, e nos socorrer em nossas trevas.

10 Tanto louvamos em Vossa Senhoria o ardente zêlo
11 da Caza de Dêos, quanto mais sentimos, o não pu-
12 dermos ir dar um autentico conhecimento, e de-
13 monstração da pérca, que temos de tão execrando
14 cazo.

15 Dêos Guarde a Vossa Senhoria muitos annos.

16 Vila das ‘Alagôas em Camara de 26 de Abril
17 de 1801⁶⁹

18 De Vossa Senhoria

19 Colégas muito affectuosos, e obrigados

20 Jozé Rodrigues Lisbôa

21 Jozé Antonio dos Santos

22 Jozé de Fravico[?] Franco Pita

23 Jozé Fernandes de Bulhões

24 Cosme Francisco Souto

25 Co

[fl. 17]

01 Copia do Oficio

02 do Reverendo Paroco da Freguezia

03 de Sam 'Miguel, em que dá par-

04 te do terrível incidente

05 Illustríssimo Reverendíssimo Senhor Doutor Conego Vizitador Joaquim de Saldanha
Marinho

06 A magoa do meu afli-

07 to, e penalizado Coração me nega todas as expreções,

08 para manifestar a Vossa Senhoria o meu excessivo sentimento, e

09 juntamente, as lagrimas me privão toda a extenção.

10 Como Vossa Senhoria me á de acompanhar neste tão grande pezar.

11 Vou por meio desta a dar parte a Vossa Senhoria que ôje pelas tres

12 óras da manhã foi incendiada a minha Igreja, e

13 quando acodimos já tinha ardido todo o Sanctuario,

14 e apenas se salvarão dois Caixões, com que estarão os Or-

15 namentos, e algúas alfaias de prata, e Sinco Imagens

16 nos Altares Colateraes; finalmente o Sacrario com

17 as Sagradas formas, e todas as mais Imagens do

18 Altar 'Mor se abrazou. Fico sem consolação aflito,

19 e magoado; não se descobre outro motivo, senão as

20 minhas maldades. Vossa Senhoria se digne rogar a Dêos

21 por mim para que me asista comúm espirito de

23 consolação. Dêos Guarde a Vossa Senhoria por muitos annos.

24 Povoação de Sam ‘Miguel 21 de Abril de 1801⁷⁰.

25 De Vossa Senhoria – O mais infeliz Paroco = Jozé de Araújo Medeiros

[fl. 17v]

01 Copia da Carta

02 de úm Veriador do Senado

03 tendente ao mesmo Asunto.

04 Illustríssimo Senhor Conego Vizitador Joaquim de Saldanha Marinho

05 Por ver ontem a grande

06 pena, e aflição, que teve o espirito de Vossa Senhoria pelo

07 tremendo cazo de Sam ‘Miguel me lembrou o de

08 Odivélas em tempo do ‘Noso Soberano, e Pie-

09 dozisimo Rei o Senhor D. Pedro 2º que Dêos

10 tem na sua Santa Gloria sendo Principe Re-

11 gente deste Reino, exponho a Vossa Senhoria a Carta

12 que Ele escrevêo a todos os Cabidos, e Sés para[?] Vossa Senhoria

13 ver a ancia, e pena deste ‘Monarca, que não

14 foi menor, que a de Vossa Senhoria, e é a seguinte. =

15 Deão, Conegos, Dignidades, e Ca-

16 bido da Sé de Eu o Principe vos envio

17 muito saudar. ‘Na noite de 10⁷¹ para 11⁷² des-

18 te ‘Mez, se escalou a Igreja da Freguezia de

19 Odivelas, profan’ado os Altares, e Imagens

20 abrirão Sacrilegamente o Sacrario, roubando

21 o Santissimo, que nele estava depositado

22 em demonstração do Sentimento de tão exe-

23 crando cazo; ‘Mandei que toda a Corte

[fl. 18]

01 tomase luto até se restituir á mesma Igreja o
02 Sacramento⁷³ que déla fôra roubado, Ordenan-
03 do que em todas as Igrejas desta Cidade se ex-
04 pozese, podendo-lhe com demonstração de arre-
05 pendimento das culpas, e pecados de todos, quei-
06 ra por meio destas rogativas, aplacar o rigor do
07 castigo, que nosas culpas merecem; e por que assim
08 é razão que se faça em todos os meus Reinos,
09 vos encomendo, que façais o mesmo pedindo a
10 Dêos, se lembre de todos aqueles, que o Veneramos
11 Sacramentádo, e quando por Vosa Via se posa
12 descobrir, algú indício de tão orrendo crime Me
13 façais saber para mandar continuar as grandes
14 diligencias, que mando fazer sôbre a averi-
15 guação dele. Em Lisboa 11⁷⁴ de ‘Maio
16 de 1671⁷⁵ = **Principe**⁷⁶ =
17 ‘Não foi menos piedoso Vossa Senhoria no pe-
18 dir; que todos fosem as Preces[?] delicto, fazendo
19 o mesmo que fez dito ‘Monarca, e sabe Dê-
20 os ‘Noso Senhor, quam sensível me foi,
21 o não poder ir a elas, por cauza da molestia
22 que padeço. Dêos Goarde a Vossa Senhoria
23 em sua Graça, e como bem lhe deseja este

[fl. 18v]

01 que e.

02 De Vossa Senhoria

03 O mais umilde Subdito.

04 Caza 22 de

05 Abril de 1801

06 José Fernandes de Bulhões

[desenho de flores]

[fl. 19]

01 Sermão de Penitencia⁷⁷

02 pregado na ‘Matris da Povoação, e

03 Freguezia de

04 ‘Nosa Senhora do Ó’⁷⁸

05 De S[am] ‘Miguel das Alagôas.’⁷⁹

06 ‘Na Ação de Preces, que se fizerão

07 pelo incendio acontecido na Igreja do

08 Rozario⁸⁰

09 dos Ómens Prêtos, em dezagravo do

10 Zêlo, e veneração que se dêve a Caza de

11 Dêos⁸¹

12 Pelo seu Autôr

13 Cypriano Lopes d’Arroxélas⁸²

14 Galvão⁸³

15 Presbitero Secular Pernambucense

16 ‘Anno de 1801

[sinal público, à direita]

[fl. 19v, em branco]

[fl. 20]

01 ‘Delus Domus tua comédit me, et opprobria

02 exprobantium tibi cecidérunt super me.

03 Psalm. 68.10.

04 O Zêlo da Onra da tua Caza me devorou, e

05 os ultrajes dos que te insultavão cairão sobre mim.

06 Eis aqui quando, ama-

07 dos Irmãos, eis aqui quando bem verificada se vê

08 esta Profeciá do Rei de Israel, quero dizer, de

09 **Jezus Christo** figurado na pesôa do peniten-

10 te David. ‘Não é sobre o Calvario tão so-

11 mente, que pendente do Sacrosanto Madeiro

12 sofrêo o Salvador de Israel os ultrajes, que

13 os profanadôres do Templo xeios de odio com

14 a lembrança de serem repreendidos, e acoitados,

15 por nele venderem, e comprarem, lhe cúmularão

16 tãobem sobre os Altares a Bondade Infini-

17 ta de **Jezus Christo** sempre empenhada a

18 salvar os Ómens, se dispõe a receber os castigos,

19 que estes contra si avião merecido por tantos ul-

20 trajes feitos ao mesmo Dêos.

21 Com efeito, Senhores, a orroróza

[fl. 20v]

01 a orroróza catastrophe, que acabamos a bem poucos dias de

02 prezenciár; o fogo abrazador do Sagrado Templo devo-

03 rár... / ah[?] Céos, e quanto me não custa a expresalo! / o Cor-

04 po Sacramentado de **Jezus Christo** na maior crize[?]

05 das nosas maldades, quando mesmo a nosa tibiêza,

06 e indevoção com tanto desprêzo tem tratado os Santos

07 Templos do Senhor, que outra couza é, Fieis, senão

08 cairem sobre o Cordeiro Imaculado eses castigos tão
09 merecidos pelos profanos ultrajes que fazemos a Ca-
10 za do Ónipotente.

11 Ah meu Salvador, e poderei eu na minha
12 rude fraze persuadir aos meus Ouvintes, quanto
13 o Voso Amor incompreensível tem inventado novos
14 modos de paixão oferecendo pêlos ingratos Ómens
15 outra vês, depois de pasados dezoito Seculos o Voso
16 Divino, e Umanado[?] Corpo no mesmo Augusto,
17 e marivilhôzo Sacramento do Altar? Poderia
18 eu tãobem movêlos a penitencia, que eles devem
19 fazer, para aplacar a justa Ira de Voso Pai Eter-
20 no, sem que a Vosa Vós, Tremendo[?] Dêos, e o
21 Voso Poderôzo Braço toque, e abale os Ómens
22 da Sua indolencia para irem reparar aos Vosos
23 ‘Mizericordiozos Pés a sua iminente Ruina?
24 Só vós, só vós, Bom Dêos, os poderieis xamar
25 para o cilicio, para o Saco[?], e diciplina; quero

[fl. 21]

01 quero dizer, para a penitencia, mandando úm Mi-
02 nistro dos Vosos escolhidos, xeio do Voso fervor, e zêlo,
03 qual outro Izaias, quando previa a desolação, que
04 os Caldêos avião fazer a Jeruzalem, pela deprava-
05 ção desta Cidade prevaricadora, ou qual outro
06 Ezequiel a Caza de Israel, Jonas aos ‘Ninivitas,
07 o Precursôr as Cidades de Judéa;

08 ‘Mas, Senhor, já que os considero com-
09 pungidos com as publicas demonstraçoens, que a-
10 cabamos de ver entre tantas lagrimas, e rogativas

11 ao Voso Soberano Trono para obter a Vosa inefável
12 ‘Mizericordia, tratarei agora de mostrár quanto
13 é importante o zêlo da vossa Caza, e recomendado
14 por Vós ‘Mesmo em todos os tempos, por todas
15 as Leis, assim como tãobem a indecensia, com que
16 a tratamos, a fracção da Vosa Santa Lei tem
17 dado ocazião a provocar a Vosa justa Íra con-
18 tra os Ómens. Senhõres, ôje mais que
19 nunca, ouvi as minhas vozes, atendei as mi-
20 nhas razões, tanto, quanto a materia é ne-
21 cesaria para emendar os nosos defeitos.

22 E Vós, Piedoza ‘Mãe de Dêos, que
23 tudo podeis a respeito do Voso Unigenito Fi-
24 lho, já que eu ôje tremo de invocar o seu So-

[fl. 21v]

01 Socorro pela torpêza das minhas maldades, inter-
02 cedei por mim, para que, como ‘Mãe amável,
03 a quem de justiça senão pode faltar, me alcan-
04 ceis Lus, e dom[?] de palavras para persuadir
05 aos meus Ouvintes, Saudando-vos primeiro[?].
06 Ave ‘Maria

07 Desde que o sôpro da
08 divindade, quero dizer, a Alma racional
09 tirada do Seio da Providencia conheçô sobre si úm
10 Ente Supremo, Todo poderôzo, a quem deve a sua
11 formação primordia, atributos, dotes, e Singula-
12 res propriedades, logo dentro em si sentio im-
13 pulso de úa Vós natural, que gritava pela
14 adorações, cultos, e Sacrificios, que se devião **[ilegível]**

15 der a este Universal Autos, e Bemfeitor de
16 toda a 'Naturêza: por iso é que o justo Abel
17 não hezitou de sacrificar úa Victima gorda[?]
18 ao Senhor, da mesma sorte, que todos os mais[?]
19 justos depois dele; e até o impio Caim
20 dos dezagradaveis frutos do seu ambicióz
21 trabalho. Esta obrigação, porem, uinata[?]
22 com os Ómens pôr a todos nas circunstancias

[fl. 22]

01 de o fazerem um lugar rezervado, no qual pe-
02 los dictames da mesma 'Naturêza, e por varias
03 maravilhas conhecerão que devêra ser Santo,
04 e Santamente tratado.

05 Certamente, Senhores, que idade se pasou,
06 na qual o culto, adoração, e onra de Dêos se não
07 preparáse em um lugár prezervado, particular,
08 e puro, onde não só resplandeceu a Grandeza,
09 o aceio, e o mais rico aparato, como tãobem se
10 goardáse a maior Veneração, e respeito? Que
11 Religião por ímpia que fôse inda no meio
12 da barbara Gentilidade xeia do mais fanático
13 engano, deixou de respeitár, polir, e adornar de
14 magnifica Sumptuozidade os Templos de
15 seus mesmos Idolos materiais?

16 Que Lei desd[e] a 'Natural até a da[?]
17 Graça não tem indicado o culto venerável
18 ao Supremo Invizivel Ente Eterno, Crea-
19 dor de tudo, sendo adorado nos seus Sagrados
20 Altares, Tabernaculos, e Templos? E com

21 que grandêza, e magnificencia não tem sido
22 recomendado o esplendor, riqueza, e gravidade
23 deles, onde o Senhor se digna de fazer bri-
24 lhár a sua Onra, e Gloria!

25 ‘Não

[fl. 22v]

01 ‘Não são menos as Leis Civis e Politicas, que in-
02 sinuadas pelos seus ‘Monarcas Legislatôres sem-
03 pre tem o seu principal objeto no culto da Religião,
04 principalmente a dos Principes Christãos, que não
05 cesão de recomendar a piedade a seus Vasalos no
06 grande respeito, amor, e Liberalidade Real,
07 que goardão ao Templos do Senhor enxendo-os de
08 ricos e esplendorosos donativos.

09 Se nos recordamos da Lei ‘Natural, lá obser-
10 vamos os primeiros Patriarcas conhecendo, que para
11 oferecer Sacrificios, e adorações a Dêos não éráo
12 decentes suas proprias Cazas, qualquer Campo,
13 ou outro lugar comum, mas sim úm lugar
14 mais purificado, particulár, e totalmente pre-
15 zervado do Comercio dos Omens, úas vezes indica-
16 do pela Vós do ‘Mesmo Senhor, outras vezes
17 ilustrado por algum sublime misterio.

18 Abráam levanta um Altar ao Senhor
19 quando se propõe a lhe oferecer Sacrificios na-
20 quele mesmo lugar onde o Senhor lhe prometeu[?]
21 úa dilatada posteridade, e aí mesmo via ele
22 decêrem os pasaros do Ceo a beber o Sangue

23 das Victimas. Jacób edifica tãobem úm

24 Altar no lugar em que o Anjo Luctador

[fl. 23]

01 Luctador o vem confortar do Receio, e temor, que tinha

02 concebido de seu Irmão Ezaú: então mesmo é

03 que ele conhecendo a Santidade deste Lugar não

04 poude deixár de lhe xamar a Caza de Dêos, e

05 Porta do Céu.

06 E com que decencia, Senhôres, com que

07 respeito, com que grandêza, e esplendor não trata-

08 rão estes, e os mais Santos Patriarcas sempre

09 o lugar, monte, ou Tabernaculo, onde costumavão

10 ouvir os Oraculos da Bôca do Ónipotente, e ofe-

11 recer as Victimas de expiação, e reconciliação?

12 ‘Mas para que estou eu a citar[?] os dicta-

13 mês da ‘Natureza? Se o quereis ver Recomendado

14 pela Vós do mesmo Dêos, fazei... fazei falar

15 entre nós esse Xéfe de Israel: Lêde[?] esas

16 Taboas escritas pelo Dêdo do ‘Mesmo Se-

17 nhôr no Sinai; observai, que expresivas re-

18 comendações a respeito da instrução do seu Di-

19 vino Tabernaculo, além da Santidade

20 das ceremonias para os Sacrificios.

21 Que aparáto, que gravidade, que ri-

22 quêza não foi a com que ‘Moizés construiu

23 o Tabernaculo do Senhor! Ide... ide ver

24 esas polidas colúnas de bronze, cujos Ca-

[fl. 23v]

- 01** Capitéis erão de prata, e pedestais dourados; esa[?]
 - 02** grande bacia de cobre sôbre úa firmisima
 - 03** baze de metal para os Sacrificadóres lavarem
 - 04** as mãos; as muitas Laminas de Ouro embu-
 - 05** tidas nas taboas, que compunhão o mesmo
 - 06** Tabernaculo, o grande Reporteiro[?] de finisimo
 - 07** Linho côr de purpura, e rouxa com diversas
 - 08** figuras bordadas sem serem de animais; vereis
 - 09** úm Sanctuario respeitavel, em cuja entrada
 - 10** estavam Sinco Colunas de Ouro as finas toalhas
 - 11** de linho côr de purpura, o escarlata, que Co-
 - 12** brião o lugar Santo para não ser visto dos
 - 13** Ómens.
-
- 14** Que pedras preciosas, que tapeçarias
 - 15** engehozamente bordadas, que relevos artifi-
 - 16** ciozamente polidos! Ali úm propiciatorio[?]
 - 17** de Ouro finisimo coberto com as azas de dois
 - 18** Cherubins, sobre o qual prometia Dêos falar[?]
 - 19** aos Sacerdotes, enfundia[?] o maior respeito aos[?]
 - 20** Ómens; acolá a rica ‘Mêza dos Páes de pro-
 - 21** posição, cuja goarnição éra toda de Ouro pu-
 - 22** risimo, o emportante Candieiro tãobem de
 - 23** Ouro maciço, as brilhantes taças, os graves
 - 24** turibulos[?] levavão a atenção de todos os especta[?]

[fl. 24]

- 01** os espectadôres: em fino o Ouro, a purpura, as pe-
- 02** dras preciosas, a escarlata, os xeirozos aromas, tudo,
- 03** tudo contribuía para o respeito, Veneração, e Zêlo,

04 que deverão ter os Ómens á Caza de Dêos.

05 E não foi isto mesmo, que inda com maior
06 grandeza se vio no magnifico, e sumptuôzo Tem-
07 plo, que ao Eterno erigio, o mais sabio de todos
08 os ‘Monarcas do mundo, o Grande Salomão?
09 Seria improprio, Senhores, se eu quizesse em tão
10 pequeno quadro delinear os delicados debuxos[?] des-
11 te memorável Obelisco de Jeruzalem; mas se
12 das couzas pequenas se podem compreender as
13 grandes, ajuizaz[?], que magnificencia Seria
14 a Súa, quando só o Portico respeitavel tinha
15 vinte Côvados de comprido, e dés de largo, que
16 riqueza seria, quando não só o pavimento éra
17 coberto de ouro, por dentro, e por fóra, como até
18 as xapas, e os pregos, que as pregavão o érao tãobem
19 do mesmo metal, finalmente, Senhôres, é ex-
20 presão da Escripura, que nada avia naquele
21 Templo, que não fose coberto de Ouro = ‘Nihil
22 que erat in Templo, quod nou auro tegetetur.

23 A vista disto, vede quanto se não

[fl. 24v]

01 se não digna Dêos de assistir entre os Ómens
02 em úm Lugár opulento, aciado, decente á sua
03 Grandeza, e ‘Magestade: então mesmo em úa
04 densa nuvem da misterioza névoa aparece ao
05 filho de David para Santificar a dedicação
06 do seu Divino Tabernaculo.

07 E se eses Templos, Senhôres, não erão

08 mais que a figura dos nosos, como era o de Je-
09 ruzalem da Igreja Santa, se eles dentro em
10 si não recolhião mais do que a Arca do Tes-
11 temúnho, em que se continhão só as Taboas da
12 Leÿ, e comtudo tão recomendados pelo Senhor
13 merecerão o maior cuidado, liberalidade, e Venera-
14 ção daqueles Povos, quanto não merecem mais
15 os nosos, que cada úm é verdadeira Caza de
16 Santidade, em cujo Trono se apresenta
17 aos nosos Olhos o Deos Eterno tão real, e
18 Verdadeiramente como está nos Altos Céos[?]
19 Quanto nos não devemos interesar mais no
20 culto, e Veneração das nosas Igrejas, onde[?]
21 não adoramos, como os Israelitas a Arca
22 do Testemunho com as Taboas da Lei,
23 mas sim a Arca da Santificação com o
24 [ilegível, 2 palavras]⁸⁴ Eterno. Supremo Dêos

[fl. 25]

01 Optimo, ‘Maximo, na qual nos dá úm teste-
02 munho vivo de seu Amor, e aliança Paternal,
03 por meio da Comunhão de seu Adoravel Corpo
04 Sacramentado?

05 Alem disto, que Ómens se não
06 deixa persuadir, que o Supremo Autor de tudo, cujo
07 Trono na terra deve ser tão brilhante como a sua mes-
08 ma Gloria incompreensível, quando se digna bai-
09 xar do Ceo a vizitár os Ómens por sua inefavel Bon-
10 dade seja em úa Caza digna da Grandeza, e ‘Mages-
11 tade de úm Dêos Eterno?

12 E para que fim, Senhores, depozitaria
13 Ele nas mãos dos mortais tão ricos Tezouros, produ-
14 ções da ‘Naturêza, se não para as consumir em
15 onra, e Gloria do seu Benefico Creador? Só Vós,
16 Só Vós, Senhor, Eterno Proprietario de todas as
17 couzas é que podeis exigir dos Ómens, o que tão
18 liberal, e generosamente lhes confiante. Ah!
19 Senhõres, que repreensivel ingravidão não é a dos
20 Ómens, ou para melhor dizer que violencia injus-
21 ta não fazem estes ao ‘Mesmo Senhor de tudo,
22 quando lhe Subtrahem aquilo mesmo, que
23 de justiça deverão consumir em sua Onra, e
24 louvor ao menos no Ornamento, e culto da sua

[fl. 25v]

01 Divina Caza!

02 Sempre conhecerão os Patriarcas que a Dê-
03 os deverão dar ao menos parte de seus bens: Abráam
04 oferece a ‘Melquizedech como a Sacerdote do
05 Senhor as decimas dos despojos dos Reis vencidos,
06 os Israelitas todos trazem a ‘Moizés de boa von-
07 tade as primicias para a construção do Taber-
08 naculo, e no Exodo se lê, que Ómens, e mulheres
09 oferecião brancelêtes, arrecadas; anéis, manilhas,
10 e todo o vaso[?] de Ouro separado para os donati-
11 vos do Senhõr.

12 E por ventura não se dignou o Senhõr
13 de os receber? Ele mesmo é que diz a ‘Moizés:
14 Aceita-os, para os impregares no Serviço do Ta-
15 bernaculo, e dálos aos Levitas para que se sir-

16 vão deles segundo as funções, e Ordens⁸⁵ do seu
17 ministerio. Assim hé que Ele não despreza
18 as ofertas de Carros, e bôis, e muitos vasos de Ouro
19 preciosos, que lhe fizerão os Xefes de Israel.

20 Eis aqui, Fieis, quanto tem sido Reco-
21 mendada a magnificencia, e riqueza da Caza
22 do Onipotente. Isto mesmo não se vê tão exa-
23 ctamente praticado pelos Principes Christãos,
24 e com mais grandeza pelos ‘Nosos Piisimos

[fl. 26]

01 Soberanos, os quais alem de magnificos Templos, que
02 tem erigido, e exornado a custa da sua Reál Fazem-
03 da em todo o Estado de Portugal, não tem de mais
04 a mais em toda esta conquista, mandado fazer as
05 Capelas ‘Maiores das Igrêjas do seu Padroado?

06 A vista pois disto, amados Irmãos, quanto
07 não é repreensivel a vosa tibieza, e indolencia a res-
08 peito da nosa ‘Matris, em cujo seio... mas que
09 desgraça! Permití-me o dizêlo para vergonha nosa,
10 em cujo despiciendo, e indecente seio, como no
11 Regaço[?] de úa pobre, desprezada, e tributaria
12 Viuva Lamentada em outro tempo por Jere-
13 mias, agora mesmo abandonada por nós, não
14 só oferecemos os nosos Votos ao Ceo, com tãobem
15 recebemos o Saudavel alimento da nosa Alma?

16 Ah Senhôres! E quanto não deve ser
17 amada a Caza de Dêos, para nos impregarmos
18 no seu Santo Zêlo, e fervôr! David assim ex-

19 clamava, quando ardia em desejos de edificar
20 o Templo do Senhor! Quám dilecta Taberna-
21 cula tua Domine!⁸⁶ Ele mesmo dizia mui-
22 tas vezes, que avia pedido ûa mercê a Dêos
23 que o deixáse abitar em sua Caza em todos

[fl. 26v]

01 os dias da sua vida; porem para mostrar-mos o
02 amor, que lhe devemos será bastante por ventura
03 impregarmos em adornos dos Templos do Senhôr
04 as nosas imprestadas riquezas, como os Israelitas
05 ou bastará só enxêr como Salomão os Templos
06 de Sumptuoosidade, e magnificencia, e oferecer
07 mos inumeraveis gordas Victimias sobre os Alta-
08 res? ‘Não meus Irmãos, alem do respeito
09 e Veneração nós devemos ornar os Templos do
10 Senhôr com a Santidade dos nosos costumes,
11 ouçamos o Profeta Rei quando diz = a San-
12 tidade, Senhor, deve ser o ornamento da Vosa
13 Caza pela longitude de todos os dias. =

14 Se nós prevaricamos, se nós desviamos
15 dos preceitos do Senhor, se obramos a iniquidade
16 então Dêos abandôna os seus mesmos Templos
17 e fas cair mil desgraças sobre os Ómens Pre-
18 varica Israel.... Lá vai a Arca do Teste-
19 munho prêza na mão dos Filistêos; é coloca-
20 da com indecencia no profano Templo de
21 Dagon.... Lá padecem tantas Cidades
22 dos mesmos Filistêos mil pragas, e castigos;
23 ‘Manassés, o seus sucesôres cómetem orroro-
24 zas abominações com todo o Judá xeio de

[fl. 27]

01 de infâmias.... Lá se vê abraçar o Templo
02 de Jeruzalem pelo exercito de ‘Nabuco do no-
03 zôr⁸⁷.

04 Desta sorte, Fieis, é que Dêos abando-
05 na a sua Caza por cauza das maldades dos Ómens,
06 isto mesmo é o que Ele avia protestado ao Rei
07 Salomão: Se tú andáres na minha presença, /
08 diz Ele / como andou teu Pai em simplicidade,
09 de Coração, e equidade, se fizeres tudo quanto
10 te tenho mandado, Eu estabelecerei o teu Reino,
11 e o teu Trono sobre todo o Israel, mas se vós vos
12 desviardes de mim, e vossos filhos, se me não se-
13 guirdes nem goardar-des os meus preceitos, eu
14 exterminarei Israél da superfice da terra, que
15 lhes dei; lançarei longe de mim o tempo que
16 consagrei a meu ‘Nome.

17 Ómens prevaricadôres, acabai de conhe-
18 cer por úa vês, que Dêos assim como se digna
19 falar ao filho de David, quando ele lhe de-
20 dica o Tabernaculo andando nos caminhos
21 da Justiça, assim tãobem se aparta dele, en-
22 trega sua Santa Caza a seus inimigos quan-
23 do Israel quebranta os seus preceitos.

24 E que orrozos castigos não deparou

[fl. 27v]

01 sempre Dêos à aqueles, que ultrajavão a sua
02 Caza, abuzando do respeito, e onra que se lhe
03 deve! Será necesario lembrár as maldições, que
04 vierão aos filhos de Heli morrendo ambos
05 desgraçadamente em o mesmo dia, por que abu-
06 zavão das mulheres, que vinhão estár de vigi-
07 lia a entrada do Tabernaculo, e confundião com
08 violencias inauditas, a cerimonia legal do Sa-
09 crificio? Será.... mas que digo? Até onde
10 se transporta o meu espirito arrebatado? Basta
11 de cançar as vosas paciencias: deixarei já de fa-
12 lar em tempos tão remotos; Comtudo vós não
13 sabeis, Senhõres, que **Jezus Christo Rei**⁸⁸
14 Pacifico veio trazer a pás aos Ómens, não conhe-
15 ceis a mansidão deste Cordeiro Ímaculado;
16 não experimentais a Caridade deste Aman-
17 te Pastôr, perdoando toda a sorte de crimes, de
18 maldades aos que apatecião na sua Prezença
19 nas Ruas de Judéa, a mulher adultera
20 os sordidos crimes, a ‘Magdalena os lascivos
21 pecádos, a Zachêo as infames uzúras, e fi-
22 nalmente aos seus mesmos inimigos os ul-
23 trajes, e morte de Crús, que lhe derão.

24 ‘Mas

[fl. 28]

01 ‘Mas que sucede, Senhõres, quando o
02 Salvador entra no Templo, e encontra o tôrpe
03 Comércio dos negociantes, que profanavão? Não
04 parêce enxer-se de furôr, e indignação? ‘Não pa-
05 rêce perder a mesma paciencia? Sim Ele se

06 abraza no zêlo da Caza de Dêos, Ele parte de
07 rijo[?] com os seus profanadôres, Ele finalmente
08 os inorepa[?], os açoita, os persegue, e os expulsa
09 com antes nunca praticada violencia.

10 Ah! Que raro exemplo para nós,
11 ‘Ministros do Senhor, que tantas vezes por
12 condecendencias úmanas consentimos tão in-
13 decentes ultrajes feitos a sua Santa Caza! Cu-
14 bramos-nos de pejo á vista de um Pôvo, que olha
15 para as nosas piedosas deliberações. Santo
16 Dêos, que sempre prezenciais quando indi-
17 gnamente pegamos nos turíbulos para incen-
18 sarmos os Vosos Altares temerariamente estan-
19 do nós xeios das nosas impurêzas, não per-
20 mitais pelas Vosas Entranhas de ‘Mizericordia,
21 que ese mesmo fôgo se volte para nós para nos
22 abraçar:, Vós, que conheceis a nosa indolencia
23 com que deixamos profanar o voso Santo Tem-
24 plo por úmanas contemporizações, não con-

[fl. 28v]

01 consentais, que úa morte repentina nos Sur-
02 prenda, assim como ao Velho Heli por não
03 reprender os seus impudicos, e temerarios filhos.

04 E vós, Fieis, até quando finalmente
05 quereis dezafiar a indignação Divina? Até
06 quando quereis abuzar da paciencia do ‘Noso
07 Dêos? É posivel, que nem avós dos ‘Minis-
08 tros do Altar, nem as finêzas de Amor, e
09 Bondade do Voso Dêos, nem ao menos o terror

10 da morte, nem o Orror da lugubre Sepultura,
11 nem ese fogo de imitigavel ardor do eterno a-
12 bismo vos comova?

13 Será necesario que ele apareça á Su-
14 perface da terra abrindo orrorozos hiatos para
15 vos devorár asim como a úm Goré, Datan, e
16 Abiron? ‘Não, Senhores, não provoqueis
17 mais a Justa Ira do Eterno: Ele é certo
18 que é Dêos de Bondade, mas lembrai
19 vos que tãobem o é de Justiça, e de Vingança.

20 Lascivos impudicos, evitai o fogo, de
21 Sodoma, Soberbos blasfemadôres evitai o fôgo
22 de Goré, temerarios profanadôres do Templo,
23 evitai o zorrague[?] de **Jezus Christo**. Se
24 Ele ôje abrazado no zêlo da Caza do Senhor

[fl. 29]

01 de Senhor toma sobre si os ultrajes, consentindo, que
02 ese elemento, a quem Ele domina, e dominará e-
03 ternamente devore seu Santissimo Corpo Sacra-
04 mentado, oferecendo-se a seu Eterno Páe para
05 expiar os nosos pecados, quem vos dá a certeza que
06 se não irrite algú dia contra a nosa impeniten-
07 cia? **Jezus Christo** quer Salvarnos, mas
08 que importa, que apezar da sua Bondade
09 nos queremos perdermos! **Jezus Christo**
10 nos xama, nos fugimos; **Jezus Christo** fi-
11 nalmente padece por nós, nós desprezamos os seus
12 merecimentos, que esperamos, Senhores, Senão
13 a Condenação Eterna?

14 ‘Meu Dêos, meu Salvador A-
15 mavel, é posível que desperdicemos tanta fine-
16 za? É posível que o Voso formidavel inimigo,
17 ese Dragão implacavel á defazer conquis-
18 ta daqueles mesmos por quem tendes padecido
19 tanto? É posível que ese vorás fôgo das Sub-
20 terraneas, e infernais abobedas á de abraçar
21 a aqueles mesmos a quem o Voso Divino
22 Sangue, e a peréne Fonte de agoa viva do
23 Voso Lado veio regar, e refrigerar do ardor

[fl. 29v]

01 das culpas? Tal[?] não perenitais, meu Amavel
02 **Jezus**. Tornai a levantár os troféos dos Vosos
03 Gloriosos Triunfos, combatei de nôvo ese sobêrbo
04 Holofernes, Imperai com Vosa tremenda
05 Vós ese elemento deparado para o castigo dos
06 Ómens, emquanto recorremos a penitencia.

07 E Vós, Almas Fieis, não estais fartas
08 de vêr o quanto **Jezus Christo** tem padecido
09 por nós? ‘Não vos orrorizais de ver o denegrado
10 Templo, Simbolo da Alma justa, coberto
11 de Cinza, em Satisfação dos nosos pecados? Não
12 tremeis ao ver o Santuario do Senhor abra-
13 zado.... mas, que digo? É isto o maior es-
14 panto? Onde está o Cordeiro Imaculado?
15 Onde está o Pam dos Anjos? Onde, ... O!
16 Céos! O Sacramento Augusto do Altar.

17 E não ei de exclamar = Que do meu

18 ‘Amado? Para onde foi? Quem mo levou
19 dos meus Braços? E poderei viver sem
20 Ele! Sem aquele que promete viver em
21 mim, vivendo eu nele? Ah! Alma
22 minha, este é o resto dos teus dias! Com
23 que te alimentarás? E não comerei ma-

[fl. 30]

01 mais a vivificante Carne do Corpo de **Jezus**
02 **Christo**? Perderei então a Erança Eterna,
03 que Ele me tem prometido! Ah! Fieis, que des-
04 graça! Dezaparece o Sanctuario, **Jezus**
05 **Christo** foge da nosa companhia, busca o mesmo
06 nas Sagradas Formas o seio de seu Pae Eterno.
07 Que dezamparo! Para onde correremos, Senhôres,
08 para os Altares? Já lá não está quem nos
09 alimentava, e confortava nosa Alma. Para
10 os Ceos, Lá está o Dêos das Vinganças com o
11 Braço armado para mandar o Anjo exter-
12 minador sobre nós. E que recurso nos resta?
13 Ah! Fieis! Sim, sim, ‘Maria, a ‘Mãe
14 das ‘Mizericordias, a ‘Mãe de Clemencia,
15 enfim a ‘Mãe de Dêos, ‘Maria é Pode-
16 roza sobre todas as Creaturas; Filha do Pae
17 Eterno, Espôza do Divino Espirito, ‘Mãe
18 do Unigenito[?] Filho; Ela pode inclinar a
19 Bondade do seu Páe com supplicas; Ela
20 pode contar o Braço Vingador de seu Es-
21 pôzo com seu Amor; Ela pode aplacar a
22 Justa Ira de seu Filho com a sua Ma-
23 ternal Autoridade.

24 Mas,

[fl. 30v]

01 que digo? Onde está a Nosa Clemente Pa-
02 droeira? Virgem Santa, tãobem nos dezam-
03 parastes? Já não sois ‘Mãe dos pecadores?
04 Ver não sois o seu Refugio? Para que, Pie-
05 doza Protectôra, nos deixais tão solitarios? Po-
06 rem que ouço! O Voso Formôzo Semblante
07 abrazado pelo fôgo? E consentistes, Senhora
08 que ese vorás elemento, que á de servir de
09 castigo aos pecadores, vos tocáse? A vós, que
10 sois a ‘Mesma Innocencia, e Imaculada
11 Purêza? E sofrestes pêlos Ómens tanta inju-
12 ria? ‘Não era melhor teres ido ocupar ese
13 Trono, entre os Anjos, de quem sois Au-
14 gustissima Rainha? ‘Más, Ah. Senho-
15 ra! Tanta é a vosa Bondade!

16 Povo infelís, a que exceso xegarão as
17 nosas maldades É tempo de as xorar, o Sal-
18 vador já parece que não quer permanecer en-
19 tre nós, porque talvés, nós não permanecémos
20 nele por meio da Caridade, e da Fé. Sua
21 Poderosa ‘Mãe, Único Apôio[?] dos ‘Mor-
22 tais, e ‘Nosa Especial Padroeira as San-
23 tas Imagens dos nosos Beneficos In-

[fl. 31]

01 Intercesôres, o Sanctuario **[rasgado, uma letra]**o mesmo Sagrado
02 Templo, tardo se irrita contra nós. Que nos resta,

03 pois Senhores, senão recorrer-mos a penitencia?

04 Justo, e ‘Mizericordiozo Dêos, Vós, que
05 assim como vos ofendeis com a culpa, vos apla-
06 cais com a penitencia, se vos foi aceita, Senhor,
07 esta que acabastes de ver nos nósos consternados
08 corações, se vos movêo ver a triste Face do Voso
09 mais digno ‘Ministro, que fas as vezes do Ge-
10 ral, e Piisimo Pastor desta Dioceze debru-
11 çada sobre as Sagradas Cinzas do Cordeiro I-
12 maculado; servindo parte delas envolta em
13 lagrimas, entre suspiros, e soluços, se vos tocou
14 esta compungente cerimonia, que acabámos
15 de fazer, descalsos os pes, vertidos de tristêza,
16 e Luto; partidos de dôr os nosos atemorizados
17 Corações, se finalmente o dôce, e penetrante
18 ‘Nome de = ‘**Maria**⁸⁹ = mereceo agora,
19 como sempre, a Vosa ‘Mizericordia, miti-
20 gai, Senhor, a vosa Justa Ira, permeti
21 que o Corpo de Voso Filho Sacramentado ve-
22 nha outra vês permanecer entre nós para
23 conforto das nosas Almas, infundi-nos o

[fl. 31v]

01 o fervorôzo zêlo da Vosa Santa Caza, exaltai
02 nela entre nós o esplendor da Vosa Gloria, per-
03 doai nosos execrandos pecados, ó Dêos de Per-
04 dão, e dainos a Vida Eterna. Amen.

05 Dice.

[desenho, no original]

[*sinal público*]

[fl. 32, em branco]

Notas

¹ Cujo nome latinizado o mesmo escreveu como Josepho Vincentio Macedio, em sua epígrafe, também em latim.

² **Highlights from the UnDisciplined Library of Guita and José Mindlin**: Volume I. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Fapesp; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2005, p. 157. O livro é intitulado MEMORIAL Histórico sobre o funesto acontecimento do incêndio, com que se abrasou a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que servia de Matriz da Povoação, e Freguesia de Nossa Senhora do O de São Miguel das Alagoas oferecido ao Exmo. e Rvmo. Senhor Dom José Joaquim da Cunha Azeredo Coitinho do Conselho de S. A. Rl. Bispo, e Gov. de Pernambuco. 1801. 35f. (21x14.7 cm). E está inserido no capítulo *Historical and literary manuscripts, originals and typographical proofs*.

³ Como bem escreveu M. Bakhtin, uma obra “literária” deve ser analisada a partir de um tempo passado, uma posição no seu presente, e pelo distanciamento que apenas o futuro do pesquisador oferece, BAKHTIN, Mikhail. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. – São Paulo: Editora 34, 2017, principalmente o capítulo 1: “A ciência da literatura hoje”, pp. 9-19.

⁴ Tal como concebeu VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1987.

⁵ HESPANHA, António Manuel. NOGUEIRA, Ana Cristina. “O quadro espacial”. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal, o antigo regime (vol. IV)**. Dir. José Mattoso. Lisboa: editorial estampa, 1992, pp. 39-43.

⁶ Todas as citações referentes ao livro de José Vicente fazem parte do documento transcrito como anexo desse artigo. Colocarei, portanto, somente o fôlio de onde foi tirada a informação. A grafia nesse texto foi acertada para a dos dias atuais.

⁷ Nesse caso, ficar procurando a “origem” dos descasos com as Igrejas coloniais. Para essa conceituação, cf. BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou, O ofício de historiador. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

⁸ AHU. **Pernambuco Avulsos**. Doc. 5029.

⁹ Para o conjunto do “Império” e do “Brasil Colonial”, cf. respectivamente, BOXER, Charles. **O império marítimo Português**. 1415-1825. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002. HOORNAERT, Eduardo (org.). **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época, Período colonial. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

¹⁰ MACHADO, Alex Rolim. Anexo. Cinco documentos para a História da Comarca das Alagoas. Documento 01. “Informação Geral da Capitania de Pernambuco, 1749”, p. 177. Disponível em <<http://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/4159/pdf>>

¹¹ AHU. **Pernambuco Avulsos**. Doc. 5384. Crê-se que uma análise mais minuciosa desse documento pode enriquecer em muito a “Informação Geral da Capitania de Pernambuco”, pois indica as “dívidas” da folha eclesiástica do Bispado de Pernambuco. Em alguns anexos mostram o quanto se devia aos padres, como o pagamento seria feito e em quantas vezes, como uma espécie de parcelamento.

¹² AHU. **Pernambuco Avulsos**. Doc. 7522, fl. 3.

¹³ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico ... Volume 2. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, p. 121. Disponível em <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/capela>> Acessado em 27/07/2018.

¹⁴ MACHADO. Op. Cit., Documento 4. “Ideia da população da Capitania de Pernambuco, e das suas anexas, extensão de suas costas, rios, e povoações notáveis, agricultura, número dos engenhos, contratos, e rendimentos reais, aumento que estes tem tudo etc. etc. desde o ano de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitánias o Governador e Capitão General José César de Menezes”, p. 241.

¹⁵ AHU. **Pernambuco Avulsos**. Doc. 10246, fl. 2.

¹⁶ Como introdução ao assunto, ROLIM, Alex. “Por via da administração para salvação das almas: o Clero Secular e a comarca das Alagoas (Século XVII-XVIII)”. In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). **Alagoas e o império colonial português**: ensaios sobre poder e administração (séculos XVII – XVIII). Maceió: Cepal,

2010. ROLIM, Alex. “Caos administrativo e atuação eclesiástica. Vila das Alagoas (c. 1770)”. In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). **Alagoas Colonial: Construindo Economias, Tecendo Redes de Poder e Fundando Administrações** (Séculos XVII-XVIII). Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

¹⁷ Idem, ibidem. Para exemplificar um caso pré-Comarca, em 1680, ver AHU. **Alagoas Avulsos**. Doc. 1.

¹⁸ BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas: dicionário Histórico e Geográfico de Alagoas**. 2 Tomos. Brasília: Senado Federal, 2005, vol. II, p. 223. MÉRO, Ernani. **Santa Maria Madalena**. – Maceió: Sergasa, 1994. CABRAL, João Francisco Dias. “Exquisa Rapida A”cerca da fundação de alguns templos da villa de Santa Maria Magdalena da Lagóa do Sul, agora cidade das Alagóas”. **Revista do Instituto Archeológico e Geographico Alagoano**. Nº 11, do volume II, 1879. QUEIROZ, Álvaro. **Os carmelitas na história de Alagoas**. – Maceió: Sergasa, 1994.

¹⁹ MACHADO. Op. Cit., Documento 04, p. 257.

²⁰ MACHADO. Op. Cit., Documento 05. “Notas Corográficas sobre a Comarca das Alagoas em 1814”, p. 265.

²¹ MOTT, Luiz. “Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu”. In: SOUZA, Laura de Mello e (coord.). **História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa**. Direção de Fernando A. Novais. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 160-161 e 168, citação p. 161.

²² Não posso deixar de citar a frase de Aby Warburg resgatada por Carlo Ginzburg: “Deus está no particular”. GINZBURG, Carlo. “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

²³ Livro quarto das constituições primeiras do Arcebispado da Bahia. Título XXVII. In: VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Estudo introdutório e edição Bruno Feitler, Evergton Sales Souza; Istvan Jancsó, Pedro Puntoni (organizadores.). – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, p. 407.

²⁴ Idem.

²⁵ CARVALHO, Joaquim Ramos de. “Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna”. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). **História da vida privada em Portugal: A idade moderna**. Direção de José Mattoso. – Lisboa: Temas e Debates: Círculo de Leitores, 2011, pp. 41-42.

²⁶ HESPANHA, António Manuel. “A monarquia: a legislação e os agentes”. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). **História da vida privada em Portugal: A idade moderna**. Direção de José Mattoso. – Lisboa: Temas e Debates: Círculo de Leitores, 2011, p. 18.

²⁷ CARVALHO. Op. Cit., 2011, p. 43.

²⁸ MOTT. Op. Cit., 1997, pp. 161-162.

²⁹ Sobre o Padre Gabriel Sampaio e sua vida, cf. MACHADO, Alex Rolim. **Os poderes além da inquisição: a sociabilidade dos familiares e comissários do Santo Ofício nas atividades seculares e administrativas locais (Alagoas Colonial, 1674-1820)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2016.

³⁰ VIEIRA, Padre Antônio. “Sermão de Nossa Senhora do Ó (1640)”. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraForm.do?select_action=&co_obra=16397> Acessado em 27/07/2018

³¹ AHU. **Alagoas Avulsos**. Doc. 226.

³² JANCÓS, István. KANTOR, Iris (orgs.). **Festa: Cultura & sociabilidade na América Portuguesa**, 2 volumes – São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001. E notas abaixo.

³³ Sobre o “pieguismo” no Brasil colonial, cf. MOTT. Op., 1997, pp. 170-178. Sobre a extravagância do barroco, importante a leitura de MARAVALL, Antonio. **A cultura do barroco: análise de uma estrutura histórica**. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

³⁴ Atitude nada nobre, mas comum no Império português, cf. SÁ, Isabel de Guimarães. **As Misericórdias Portuguesas, séculos XVI a XVIII**. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

³⁵ VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e Escravidão**. – Petrópolis: Vozes, 1986. VAINFAS, Ronaldo. “Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista”. In: SOUZA. Op. Cit., 1997. VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, Sexualidade e inquisição no Brasil**. – Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2010. MELLO E SOUZA, Laura de. **O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

³⁶ BERWANGER, Ana Regina, LEAL, João Eurípedes Franklin. Noções de Paleografia e Diplomática. 3 ed. revista e ampliada. Santa Maria: Editoraufsm, 2008. ARAÚJO, Roberto Jorge Chaves. **As normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos e alguns fatos gráficos da história da escrita nelas normatizados**. – Universidade Estadual da Paraíba. [s/d]. Disponível em <http://www.al.pb.leg.br/elegispb/wp-content/uploads/2013/08/TEXT0_DO_PROF._DR._ROBERTO_JORGE_CHAVES_ARAUJO1.pdf> Acessado em 30/03/2019.

³⁷ No dicionário de D. Raphael Bluteau, de meados do séc. XVIII, o termo Epígrafe é grafado como *Epigraphe*, cuja origem vem do grego. Entretanto, ao que tudo indica, o dicionarista traduziu em Latim o termo para *Epigrafe*, cujo uso é corrente nos dias atuais. No documento agora transcrito, preferiu-se manter o termo “latinizado”, uma vez que todo o restante do parágrafo está escrito em Latim. BLUTEAU, D. Raphael. **Vocabulário Portuguez & Latino** – volume 3. 1728, p. 177. Disponível em <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/ep%C3%ADgrafe>> Acessado em 07/06/2018.

³⁸ O termo “Sitio” está sublinhado no original.

³⁹ A palavra “Jezus” está realçada no original. Em todo o documento as palavras “Jezus” e “Jezus Christo” estão sempre realçadas.

⁴⁰ Sublinhado e realçado no original.

⁴¹ Sublinhado e realçado no original.

⁴² Realçado no original.

⁴³ Realçado e sublinhado no original.

⁴⁴ Realçado e sublinhado no original.

⁴⁵ Realçado e sublinhado no original.

⁴⁶ Realçado e sublinhado no original.

⁴⁷ Realçado no original.

⁴⁸ Sublinhado no original.

⁴⁹ Realçado e sublinhado no original.

⁵⁰ Realçado no original.

⁵¹ Realçado e sublinhado no original.

⁵² Realçado e sublinhado no original.

⁵³ Realçado no original.

⁵⁴ Realçado e sublinhado no original.

⁵⁵ Realçado no original.

⁵⁶ Realçado e sublinhado no original.

⁵⁷ Realçado e sublinhado no original

⁵⁸ Realçado e sublinhado no original

⁵⁹ Realçado e sublinhado no original

⁶⁰ Realçado e sublinhado no original

⁶¹ Realçado no original

⁶² Realçado no original

⁶³ Realçado e sublinhado no original

⁶⁴ Realçado e sublinhado no original

⁶⁵ Realçado e sublinhado no original

⁶⁶ Realçado e sublinhado no original

⁶⁷ Realçado e sublinhado no original

⁶⁸ Realçado e sublinhado no original

⁶⁹ Realçado e sublinhado no original

⁷⁰ Sublinhado no original

⁷¹ Realçado e sublinhado no original

⁷² Realçado e sublinhado no original

⁷³ Realçado no original

⁷⁴ Realçado e sublinhado no original

⁷⁵ Realçado e sublinhado no original

⁷⁶ Realçado

⁷⁷ Realçado no original.

⁷⁸ Realçado no original.

⁷⁹ Realçado no original.

⁸⁰ Realçado no original.

⁸¹ Realçado no original.

⁸² Realçado no original.

⁸³ Realçado no original.

⁸⁴ As duas palavras foram cortadas na fotografia.

⁸⁵ Sublinhado no original.

⁸⁶ Sublinhado no original.

⁸⁷ Optou-se por deixar o nome de Nabucodonosor tal como foi escrito pelo padre.

⁸⁸ Realçado no original.

⁸⁹ Realçado no original.

Referências

Arquivo Histórico Ultramarino. **Pernambuco Avulsos**. Doc. 5029. 5384. 7522. 10246

Arquivo Histórico Ultramarino. **Alagoas Avulsos**. Doc. 1. 226

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, Disponível em <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/>> Acessado em 27/07/2018.

Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Manuscritos. **02, 1, 006**. MACEDO, José Vicente. Memorial histórico sobre um incêndio... 1801.

MACHADO, Alex Rolim. Anexo. Cinco documentos para a História da Comarca das Alagoas. Documento 01. Documento 04. Documento 05. Disponível em <<http://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/4159/pdf>>

Livro quarto das constituições primeiras do Arcebispado da Bahia. Título XXVII. In: VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Estudo introdutório e edição Bruno Feitler, Evergton Sales Souza; Istvan Jancsó, Pedro Puntoni (organizadores.). – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

VIEIRA, Padre Antônio. “Sermão de Nossa Senhora do Ó (1640)”. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=16397> Acessado em 27/07/2018

ARAÚJO, Roberto Jorge Chaves. **As normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos e alguns fatos gráficos da história da escrita nelas normatizados**. – Universidade Estadual da Paraíba. [s/d]. Disponível em <http://www.al.pb.leg.br/elegispb/wp-content/uploads/2013/08/TEXT0_DO_PROF._DR._ROBERTO_JORGE_CHAVES_ARAUJ01.pdf> Acessado em 30/03/2019.

BAKHTIN, Mikhail. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. – São Paulo: Editora 34, 2017.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas**: dicionário Histórico e Geográfico de Alagoas. 2 Tomos. Brasília: Senado Federal, 2005.

BERWANGER, Ana Regina, LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e Diplomática**. 3 ed. revista e ampliada. Santa Maria: Editoraufsm, 2008.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou, O ofício de historiador. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOXER, Charles. **O império marítimo Português**. 1415-1825. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARVALHO, Joaquim Ramos de. “Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna”. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). **História da vida privada em Portugal: A idade moderna**. Direcção de José Mattoso. – Lisboa: Temas e Debates: Círculo de Leitores, 2011.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HESPANHA, António Manuel. NOGUEIRA, Ana Cristina. “O quadro espacial”. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal, o antigo regime (vol. IV)**. Dir. José Mattoso. Lisboa: editorial estampa, 1992.

HESPANHA, António Manuel. “A monarquia: a legislação e os agentes”. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). **História da vida privada em Portugal: A idade moderna**. Direcção de José Mattoso. – Lisboa: Temas e Debates: Círculo de Leitores, 2011.

Highlights from the UnDisciplined Library of Guita and José Mindlin: Volume I. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Fapesp; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2005.

HOORNAERT, Eduardo (org.). **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época, Período colonial**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MACHADO, Alex Rolim. **Os poderes além da inquisição: a sociabilidade dos familiares e comissários do Santo Ofício nas atividades seculares e administrativas locais (Alagoas Colonial, 1674-1820)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2016.

MARAVALL, Antonio. **A cultura do barroco: análise de uma estrutura histórica**. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

MELLO E SOUZA, Laura de. **O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MÉRO, Ernani. **Santa Maria Madalena**. – Maceió: Sergasa, 1994.

CABRAL, João Francisco Dias. “Exquisa Rapida A”cerca da fundação de alguns templos da villa de Santa Maria Magdalena da Lagóa do Sul, agora cidade das Alagóas”. **Revista do Instituto Archeológico e Geographico Alagoano**. Nº 11, do volume II, 1879.

MOTT, Luiz. “Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu”. In: SOUZA, Laura de Mello e (coord.). **História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa**. Direção de Fernando A. Novais. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

QUEIROZ, Álvaro. **Os carmelitas na história de Alagoas**. – Maceió: Sergasa, 1994.

ROLIM, Alex. “Por via da administração para salvação das almas: o Clero Secular e a comarca das Alagoas (Século XVII-XVIII)”. In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). **Alagoas e o império colonial português: ensaios sobre poder e administração (séculos XVII – XVIII)**. Maceió: Cepal, 2010.

ROLIM, Alex. “Caos administrativo e atuação eclesiástica. Vila das Alagoas (c. 1770)”. In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). **Alagoas Colonial: Construindo Economias, Tecendo Redes de Poder e Fundando Administrações (Séculos XVII-XVIII)**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012

SÁ, Isabel de Guimarães. **As Misericórdias Portuguesas, séculos XVI a XVIII**. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e Escravidão**. – Petrópolis: Vozes, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. “Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista”. SOUZA, Laura de Mello e (coord.). **História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa**. Direção de Fernando A. Novais. – São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, Sexualidade e inquisição no Brasil**. – Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2010.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1987.